



9º Simulado Especial

Área Fiscal

Auditor Fiscal

Pré-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **Área Fiscal**, cargo de **Auditor Fiscal**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/linkformulariogoogle>

01 - A B C D E	23 - A B C D E	45 - A B C D E	67 - A B C D E	89 - A B C D E
02 - A B C D E	24 - A B C D E	46 - A B C D E	68 - A B C D E	90 - A B C D E
03 - A B C D E	25 - A B C D E	47 - A B C D E	69 - A B C D E	91 - A B C D E
04 - A B C D E	26 - A B C D E	48 - A B C D E	70 - A B C D E	92 - A B C D E
05 - A B C D E	27 - A B C D E	49 - A B C D E	71 - A B C D E	93 - A B C D E
06 - A B C D E	28 - A B C D E	50 - A B C D E	72 - A B C D E	94 - A B C D E
07 - A B C D E	29 - A B C D E	51 - A B C D E	73 - A B C D E	95 - A B C D E
08 - A B C D E	30 - A B C D E	52 - A B C D E	74 - A B C D E	96 - A B C D E
09 - A B C D E	31 - A B C D E	53 - A B C D E	75 - A B C D E	97 - A B C D E
10 - A B C D E	32 - A B C D E	54 - A B C D E	76 - A B C D E	98 - A B C D E
11 - A B C D E	33 - A B C D E	55 - A B C D E	77 - A B C D E	99 - A B C D E
12 - A B C D E	34 - A B C D E	56 - A B C D E	78 - A B C D E	100 - A B C D E
13 - A B C D E	35 - A B C D E	57 - A B C D E	79 - A B C D E	101 - A B C D E
14 - A B C D E	36 - A B C D E	58 - A B C D E	80 - A B C D E	102 - A B C D E
15 - A B C D E	37 - A B C D E	59 - A B C D E	81 - A B C D E	103 - A B C D E
16 - A B C D E	38 - A B C D E	60 - A B C D E	82 - A B C D E	104 - A B C D E
17 - A B C D E	39 - A B C D E	61 - A B C D E	83 - A B C D E	105 - A B C D E
18 - A B C D E	40 - A B C D E	62 - A B C D E	84 - A B C D E	106 - A B C D E
19 - A B C D E	41 - A B C D E	63 - A B C D E	85 - A B C D E	107 - A B C D E
20 - A B C D E	42 - A B C D E	64 - A B C D E	86 - A B C D E	108 - A B C D E
21 - A B C D E	43 - A B C D E	65 - A B C D E	87 - A B C D E	109 - A B C D E
22 - A B C D E	44 - A B C D E	66 - A B C D E	88 - A B C D E	110 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

Federal: <https://coruja.page.link/8fJg>

Estadual: <https://coruja.page.link/9v1u>

Municipal: <https://coruja.page.link/GfTt>

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Patrícia Manzato

1. "A saudade é a prova de que o passado valeu a pena. Mas não é só isso: é também a prova de que o presente, para o saudoso, não vale tanto. Quem está muitíssimo bem com a vida não sente saudade: sente, quando muito, uma suave melancolia, um gostinho adocicado na lembrança. A saudade, a de verdade, dói. É um tipo de ausência que lateja e que nos faz cogitar o impossível: a volta do tempo. Portanto, desconfie de quem diz ter saudade de tudo; provavelmente, essa pessoa não tem, de fato, saudade de nada."

No trecho "*Quem está muitíssimo bem com a vida não sente saudade: sente, quando muito, uma suave melancolia...*", a expressão destacada cumpre a função de:

- a) Apresentar uma condição indispensável para o sentimento de melancolia.
- b) Retificar uma informação anterior, substituindo a saudade pela melancolia.
- c) Intensificar a ideia de melancolia, mostrando-a como um sentimento superior à saudade.
- d) Limitar a ocorrência ou a intensidade da "suave melancolia", apresentando-a como a hipótese máxima.
- e) Introduzir uma alternativa de sentimento, sem qualquer hierarquia ou limitação entre eles.

2. "Se a civilização nos *desse* apenas a segurança, já teria valido a pena. Contudo, ela nos cobra um preço que, por vezes, nos faz questionar o valor da própria segurança oferecida. Pagamos com a espontaneidade que se perde, com a liberdade que se restringe, com a angústia que se instala."

Caso o autor optasse por formular sua hipótese inicial no futuro, a forma verbal "*desse*" deveria ser alterada para:

- a) der

b) daria

c) dará

d) tenha dado

e) dar

3. "A burocracia, em sua essência, visa à impessoalidade e à eficiência. É um mecanismo pensado para que o Estado funcione com a precisão de uma engrenagem, tratando todos os cidadãos como peças anônimas de um mesmo sistema. Ocorre que, na prática, essa mesma impessoalidade se converte frequentemente em indiferença, e a busca pela regra se transforma em um labirinto que impede, em vez de facilitar, a resolução."

A tipologia textual predominante no trecho é:

- a) narrativa, pois relata a transformação da burocracia ao longo do tempo.
- b) descritiva, pois detalha as características de um sistema sem emitir juízo de valor.
- c) injuntiva, pois instrui o leitor sobre como interagir com o sistema burocrático.
- d) argumentativa, pois contrapõe a teoria e a prática de um conceito para defender um ponto de vista.
- e) expositiva, pois se limita a apresentar informações sobre o conceito de burocracia de forma neutra.

4. "A tolerância, virtude tão decantada, muitas vezes mascara uma forma sutil de indiferença. Tolerar o outro pode significar apenas que ele não nos importa o suficiente para que sua existência nos afete. O verdadeiro respeito, ao contrário, pressupõe o reconhecimento, o embate e, por vezes, o desconforto da alteridade radical."

Ao afirmar que a tolerância "mascara uma forma sutil de indiferença", o autor emprega o verbo "mascarar" com o sentido de:

- a) revelar
- b) acentuar
- c) dissimular
- d) eliminar
- e) celebrar

5. "Se fosse definir o estilo de Graciliano Ramos, diria que ele resulta de uma ascese. O autor poda a frase, elimina o adjetivo ornamental, busca o osso da palavra. Não é um exercício de pobreza, mas de precisão. A secura de sua prosa não é ausência de sentimento, mas a sua mais intensa e dolorosa expressão."

A principal estratégia argumentativa usada no texto para caracterizar o estilo de Graciliano Ramos é:

- a) a enumeração de exemplos retirados da obra do autor.
- b) o uso de metáforas e antíteses para refinar um conceito.
- c) a comparação explícita com o estilo de outros autores da mesma geração.
- d) o recurso ao argumento de autoridade, citando críticos literários.
- e) a apresentação de dados estatísticos sobre a frequência de adjetivos em sua obra.

Texto

Este último capítulo é todo de negativas. Não alcancei a celebridade do emplasto, não fui ministro, não fui califa, não conheci o casamento. Verdade é que, ao lado dessas faltas, coube-me a boa fortuna de não comprar o pão com o suor do meu rosto. Mais; não padeci a morte de D. Plácida, nem a semidemência do Quincas Borba. Somadas umas coisas e outras, qualquer pessoa imaginará que não houve míngua nem sobra, e consequintemente que saí quite com a vida. E imaginará mal; porque ao chegar a este outro lado do mistério, achei-me com um pequeno saldo, que é a derradeira negativa deste capítulo de negativas: — Não tive filhos, não transmiti a nenhuma criatura o legado da nossa miséria.

Machado de Assis, Memórias póstumas de Brás Cubas.

6. A expressão "*capítulo de negativas*" evidencia, pragmaticamente:

- a) o tom fatalista e melodramático do narrador.
- b) a intenção de suavizar as frustrações de sua vida.
- c) a ironia machadiana ao enumerar faltas como se fossem realizações.

- d) a autocomiseração típica do narrador realista.
- e) a objetividade científica com que analisa sua própria vida.

7. No trecho "*Somadas umas coisas e outras, qualquer pessoa imaginará que não houve míngua nem sobra, e consequintemente que saí quite com a vida*", a forma verbal "houve" permanece no singular porque:

- a) o sujeito é composto, mas o verbo haver mantém-se no singular quando significa "ocorrer".
- b) o verbo concorda com "pessoa", que está no singular.
- c) não há sujeito quando o verbo haver funciona como impessoal.
- d) há elipse do verbo "existir", que exige singular.
- e) "haver", com sentido de tempo decorrido, é sempre impessoal.

8. A construção argumentativa de Brás Cubas, ao concluir sua vida como "quite", sugere:

- a) que não experimentou sofrimento algum.
- b) que acredita ter obtido sucesso acima da média.
- c) que sua avaliação é enganosa aos olhos do leitor.
- d) que vida e morte se equivalem em sentido e valor.
- e) que sua trajetória foi marcada pela renúncia religiosa.

9. Quando o narrador afirma que teve a "boa fortuna de não comprar o pão com o suor do meu rosto", ele:

- a) lamenta não ter tido uma profissão honesta.
- b) reconhece que levou uma vida de privilégios materiais.
- c) denuncia a exploração econômica de trabalhadores.
- d) afirma que não se esforçou o suficiente.
- e) expressa remorso pela falta de produtividade.

10. O trecho “*Somadas umas coisas e outras*” exerce função de:

- a) introduzir uma conclusão definitiva.
- b) antecipar objeção ao ponto de vista do narrador.
- c) resumir de modo coesivo os elementos anteriormente citados.
- d) invalidar as ideias apresentadas no parágrafo anterior.
- e) estabelecer relação de causa e efeito.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

11. Uma cooperativa agrícola de café possui um estatuto que determina que pelo menos 30% de sua safra total de grãos seja classificada como "Tipo Gourmet". Dentre os grãos classificados como "Tipo Gourmet", $2/5$ são selecionados para exportação internacional.

Em relação à safra total de café dessa cooperativa, a parcela destinada à exportação internacional representa

- a) no máximo 40%.
- b) no mínimo 40%.
- c) pelo menos 30%.
- d) no máximo 12%.
- e) no mínimo 12%.

12. Dois tanques de drenagem, A e B, liberam água em canais horizontais. O Tanque A tem uma taxa de escoamento de 1:50, significando que para cada 1 metro de redução em seu nível de água (vertical), a água liberada avança 50 metros no canal (horizontal). O Tanque B tem uma taxa de 1:10 (1 metro de baixa vertical para 10 metros de avanço horizontal).

Se o Tanque A inicia com um nível de água de 4 metros e o Tanque B inicia com 10 metros, o nível de água (em metros) em que o escoamento de

ambos os tanques terá percorrido a mesma distância horizontal é:

- a) 2,5 m
- b) 5 m
- c) 0,1 m
- d) 1 m
- e) 4 m

13. Um bibliotecário está catalogando sua coleção. Considere D o conjunto dos números inteiros positivos (representando o número de livros) e a função $f: D \rightarrow N$ definida por $f(n) =$ o número de maneiras de se ordenar n livros distintos em uma única prateleira.

Para $n \in D$, a diferença $f(n+1) - f(n)$ é igual a

- a) 1
- b) $n!$
- c) $n \times n!$
- d) $(n+1)!$
- e) $(n+1) \times (n-1)!$

14. Um servidor está realizando o upload de um grande arquivo de backup em duas etapas. Na primeira etapa, durante 1 hora e 40 minutos, a taxa de upload foi de 81 GB/h (Gigabytes por hora). Nos 50 minutos restantes da segunda etapa, a taxa foi de 84 GB/h. Considerando que o download desse mesmo arquivo foi feito em uma única etapa, com uma taxa constante de 75 GB/h, pode-se afirmar que o tempo gasto no download foi:

- a) 2h 04min.
- b) 2h 30min.
- c) 2h 44min.
- d) 3h 04min.
- e) 3h 44min.

15. Considere que a sequência (f_1, f_2, f_3) é uma progressão aritmética (PA) de razão d positiva, representando frequências (em kHz). As frequências f_1 e f_2 são as frequências de ressonância de um circuito, dadas pelas raízes da equação de estabilidade $2f^2 - 20f + 42 = 0$.

A frequência f_3 é um ponto de calibração especial localizado na linha $i = 2$ e na coluna $j = 3$ da matriz de calibração C_{ij} , cujos elementos são definidos por $c_{ij} = i + j^2$.

Nestas condições, assinale a alternativa que apresenta o valor de $d^2 - (f_1 + f_2 + f_3)^2$.

- a) -425
- b) 425
- c) 313
- d) -313
- e) -565

16. Um satélite de monitoramento opera durante um ano de 365 dias. Ele está programado para transmitir dados (dias "Ativos") em 210 dias desse ano. Os dias restantes são "Inativos", nos quais o satélite fica inoperante. Para evitar o superaquecimento dos transmissores, o satélite só pode permanecer "Ativo" por, no máximo, 3 dias consecutivos.

Nessas condições, combinando adequadamente os dias Ativos e Inativos, o número máximo de dias consecutivos que o satélite poderá ficar "Inativo" nesse ano é igual a

- a) 78.
- b) 84.
- c) 155.
- d) 90.
- e) 87.

17. Considere a afirmação: "Nem todos os testes foram aprovados ou o deploy será autorizado". Do ponto de vista lógico, uma afirmação equivalente à acima é:

- a) Se o deploy será autorizado, então nem todos os testes foram aprovados.
- b) O deploy não será autorizado e todos os testes foram aprovados.
- c) Se todos os testes foram aprovados, então o deploy será autorizado.
- d) Se nenhum teste foi aprovado, então o deploy não será autorizado.
- e) Nem todos os testes foram aprovados e o deploy será autorizado.

18. Considere que s e b são duas proposições simples, com $s = \text{"O servidor está online"}$ e $b = \text{"O backup foi concluído"}$.

Sobre a proposição composta $(s \rightarrow b) \rightarrow ((\sim b) \rightarrow (\sim s))$, pode-se afirmar que:

- a) é uma tautologia.
- b) equivale a $((\sim s) \vee (\sim b))$
- c) equivale a $(s \vee b) \leftrightarrow (s \wedge (\sim b))$
- d) equivale a $\sim(s \wedge b)$
- e) é uma contradição.

19. Um centro de distribuição automatizado opera 24 horas por dia. Ele despacha 6 tipos diferentes de kits de emergência (K2, K3, K4, K5, K6, K7). O kit K2 é despachado a cada 2 horas, o K3 a cada 3 horas, o K4 a cada 4 horas, o K5 a cada 5 horas, o K6 a cada 6 horas e o K7 a cada 7 horas.

Seja H a primeira hora de operação, com mais de três algarismos, em que todos os 6 tipos de kits são despachados simultaneamente.

A soma dos algarismos de H é

- a) 12.
- b) 18.
- c) 16.
- d) 9.
- e) 15.

20. Quatro palestrantes da área de Tecnologia e quatro da área de Humanas serão sorteados aleatoriamente para definir a ordem de apresentação em um congresso. A probabilidade de que os palestrantes de Tecnologia se apresentem todos em sequência, e os de Humanas também se apresentem todos em sequência, é, aproximadamente, igual a

- a) 0,0004.
- b) 0,03.
- c) 0,02.
- d) 0,1.
- e) 0,6.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Raphael Lacerda

21. No contexto de sistemas de gerenciamento de banco de dados (SGBD), sobre as propriedades ACID (Atomicidade, Consistência, Isolamento e Durabilidade) de transações, é correto afirmar que:

- a) A atomicidade garante que todas as operações de uma transação sejam executadas ou nenhuma delas seja executada.
- b) A consistência permite que transações concorrentes vejam dados intermediários de outras transações.
- c) O isolamento refere-se apenas à capacidade de desfazer operações em caso de falha do sistema.
- d) A durabilidade garante que os dados sejam mantidos apenas na memória principal durante a transação.
- e) As propriedades ACID são aplicáveis apenas em bancos de dados relacionais tradicionais.

22. Sobre modelagem de dados e normalização em bancos relacionais, analise as seguintes afirmações:

- I. A primeira forma normal (1FN) exige que não haja tabelas aninhadas
- II. A segunda forma normal (2FN) elimina dependências funcionais parciais.
- III. A terceira forma normal (3FN) remove dependências funcionais transitivas.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas II e III.
- d) Apenas I e III.
- e) I, II e III.

23. Em ciência de dados, sobre algoritmos de machine learning e suas aplicações, é correto afirmar que:

- a) Algoritmos de regressão linear são adequados apenas para problemas de classificação binária.
- b) Random Forest é um algoritmo de ensemble que combina múltiplas árvores de decisão.
- c) K-means é um algoritmo de aprendizado supervisionado usado para problemas de regressão.
- d) O algoritmo de backpropagation, utilizado para atualização dos pesos nas camadas intermediárias, possui duas fases, entre elas a feed forward, na qual os erros vêm da camada de saída até a primeira camada.
- e) A validação cruzada (cross-validation) deve ser evitada pois reduz a acurácia dos modelos.

24. Sobre certificado digital e assinatura digital, analise as seguintes afirmações:

- I. Certificados digitais são baseados em infraestrutura de chaves públicas (PKI), contêm a chave pública do titular e são emitidos pela Autoridade de Registro (AR).
- II. A assinatura digital garante autenticidade, integridade e não-repúdio de documentos eletrônicos.
- III. Um certificado digital pode ser revogado pela Autoridade Certificadora antes de sua data de expiração.
- IV. A assinatura digital utiliza a chave pública do remetente para assinar e a chave privada para verificar.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas II e III.
- c) Apenas I, II e III.
- d) Apenas I, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

25. No contexto de Big Data e processamento de grandes volumes de dados, sobre tecnologias e conceitos relacionados, é correto afirmar que:

- a) O modelo MapReduce é adequado apenas para processamento de dados estruturados.
- b) Apache Spark utiliza processamento em memória, oferecendo melhor desempenho que o Hadoop MapReduce para certas aplicações.
- c) Data warehouses e data lakes servem exatamente para os mesmos propósitos e podem ser usados indistintamente.
- d) O conceito de ETL (Extract, Transform, Load) é obsoleto no contexto de Big Data devido ao surgimento do ELT.
- e) Bancos NoSQL não oferecem garantias de consistência de dados.

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

26. A respeito da aplicabilidade das normas constitucionais, à luz da doutrina e da jurisprudência, assinale a alternativa CORRETA:

- a) normas de eficácia plena podem ter sua incidência reduzida por meio de norma infraconstitucional
- b) as normas programáticas, espécie de norma de eficácia contida, estabelecem objetivos e metas a serem alcançados pelo Estado
- c) possui eficácia limitada a norma constitucional segundo a qual é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer
- d) mesmo as normas de eficácia limitada podem ser apontadas como parâmetro para o controle de constitucionalidade
- e) possui eficácia contida a norma constitucional que estabelece a busca do pleno emprego como um objetivo da ordem econômica

27. De acordo com a doutrina e a jurisprudência, é cabível *habeas corpus* para:

- a) proteger direito líquido e certo relacionado à posse em cargo público
- b) evitar violência à liberdade de locomoção
- c) combater pena de multa
- d) questionar a aplicação de punição disciplinar militar
- e) combater a ausência de norma regulamentadora

28. Sinforesa, brasileira nata, foi condenada a três anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, pela prática de um delito. A pena privativa de liberdade foi substituída por prestação de serviços à comunidade, tendo a condenação transitado em julgado. Nesse caso, à luz da jurisprudência do STF:

- a) Sinforesa perdeu a nacionalidade brasileira
- b) os direitos políticos de Sinforesa não serão suspensos, já que não ocorrerá prisão
- c) a condenação criminal não afeta os direitos políticos, em qualquer hipótese
- d) Sinforesa ficará inelegível, mas poderá votar nas próximas eleições
- e) Sinforesa terá os direitos políticos suspensos

29. A respeito da Tributação e do Orçamento, julgue os itens a seguir:

- I – A imunidade tributária, como hipótese constitucional de não incidência de tributos, garante que não sejam cobrados impostos da empresa estatal federal de serviços postais, em relação às suas atividades-fim.
- II – O serviço público de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa.
- III – Compete aos Estados e Municípios instituir a Contribuição sobre Bens e Serviços, criada pela Reforma Tributária (EC nº 132/23).

Está(ão) correto(s), apenas:

- a) I e II
- b) II e III
- c) I e III
- d) I
- e) II

30. Os serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT:

- a) estão abrangidos pela imunidade tributária recíproca, apenas nos casos em que a empresa age em regime de monopólio

- b) não estão abrangidos pela imunidade tributária recíproca
- c) estão abrangidos pela imunidade tributária recíproca, inclusive aqueles em que a empresa não age em regime de monopólio
- d) estão abrangidos pela isenção tributária recíproca
- e) estão abrangidos pela isenção tributária recíproca, apenas nos casos em que a empresa age em regime de monopólio

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

31. No que se refere à organização administrativa do Estado brasileiro, considere os mecanismos de centralização, desconcentração e descentralização, bem como a natureza jurídica das entidades da administração direta e indireta. Assinale a opção correta.

- a) A descentralização administrativa, também denominada desconcentração, é o instrumento por meio do qual o Estado cria órgãos internos para ampliar a eficiência na execução de suas funções.
- b) A desconcentração administrativa pressupõe a criação de novas pessoas jurídicas, com o objetivo de executar atividades específicas do Estado em regime de direito público.
- c) A descentralização por serviços, também chamada de outorga, ocorre quando o Estado cria, por lei, uma pessoa jurídica específica e a ela transfere a titularidade e a execução de determinado serviço público.
- d) As autarquias e fundações públicas integram a administração direta, estando sujeitas ao mesmo regime jurídico dos órgãos centrais do Estado.
- e) As empresas públicas e as sociedades de economia mista integram a administração direta e são criadas por decreto do chefe do Poder Executivo.

32. A respeito dos atos administrativos — conceito, requisitos, atributos, classificação e formas de extinção — assinale a opção correta.

a) A presunção de legitimidade dos atos administrativos é absoluta e impede que o Poder Judiciário analise sua legalidade.

b) O atributo da autoexecutoriedade impede que a Administração execute diretamente seus atos, exigindo sempre autorização judicial prévia.

c) A convalidação é a forma de extinção do ato administrativo inválido, com o objetivo de preservar a segurança jurídica.

d) A anulação do ato administrativo é cabível quando o ato é legal, mas inconveniente.

e) A revogação é ato discricionário que extingue o ato administrativo válido por razões de conveniência e oportunidade.

33. Os poderes administrativos conferem aos agentes públicos prerrogativas e deveres voltados à satisfação do interesse coletivo. Considerando os poderes hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia, e o uso e abuso de poder, assinale a opção correta.

a) O poder disciplinar permite à Administração exercer o controle sobre todos os particulares, aplicando penalidades sempre que houver infração a normas administrativas.

b) O poder hierárquico confere à Administração a prerrogativa de ordenar, coordenar, fiscalizar e rever as atividades de seus subordinados, inclusive com a possibilidade de delegar e avocar competências.

c) O poder regulamentar autoriza o chefe do Poder Executivo a inovar na ordem jurídica, criando direitos e obrigações por meio de decreto.

d) O poder de polícia é indelegável e privativo da União, vedado seu exercício pelos demais entes federativos.

e) O abuso de poder ocorre apenas na hipótese de desvio de finalidade, quando o agente pratica o ato com motivação diversa do interesse público.

34. No âmbito da responsabilidade civil do Estado, considere as hipóteses que envolvem os requisitos para a demonstração do dever de indenizar, as causas excludentes e atenuantes da responsabilidade, a reparação do dano e o direito de regresso. Sobre o tema, assinale a opção correta.

a) A responsabilidade objetiva do Estado, consagrada na teoria do risco administrativo, independe de comprovação de dolo ou culpa, bastando a prova do dano e do nexo causal, podendo, contudo, ser afastada em situações de culpa exclusiva da vítima, caso fortuito ou força maior.

b) A responsabilidade civil do Estado é objetiva em todas as situações, inclusive nos casos em que o dano decorre de conduta omissiva do Poder Público, bastando a comprovação do dano e do nexo causal, independentemente de culpa.

c) O Estado responde objetivamente pelos danos causados por seus agentes, ainda que o particular tenha concorrido para o evento danoso, uma vez que a responsabilidade estatal é absoluta e não admite atenuantes.

d) Quando o dano é causado por caso fortuito ou força maior, o Estado continua responsável pela reparação, pois tais eventos não afastam o nexo causal em razão da adoção da teoria do risco administrativo.

e) O direito de regresso contra o agente público é sempre automático e independe de comprovação de dolo ou culpa, bastando que o Estado tenha sido condenado a reparar o dano.

35. O controle da Administração Pública é instrumento essencial à garantia da legalidade e da legitimidade dos atos administrativos, sendo exercido pelos três Poderes da República, cada qual com funções específicas.

Considerando as formas e espécies de controle administrativo, judicial e legislativo, assinale a opção correta.

- a) O controle judicial abrange a legalidade e o mérito dos atos administrativos, podendo o Poder Judiciário substituir a Administração Pública na escolha do ato mais conveniente e oportuno.
- b) O controle exercido pelo Poder Legislativo possui natureza política e financeira, incluindo a fiscalização contábil e orçamentária, com o auxílio dos Tribunais de Contas, conforme os artigos 70 a 75 da Constituição Federal.
- c) O controle hierárquico é exercido externamente, quando um Poder revisa os atos de outro, e tem natureza vinculada, pois se limita à verificação da legalidade do ato administrativo.
- d) O controle administrativo é sempre externo e realizado exclusivamente por órgãos de controle interno do Poder Executivo, como as corregedorias e ouvidorias.
- e) O controle de mérito dos atos administrativos é atribuição exclusiva do Poder Judiciário, que pode revogar atos considerados inconvenientes ou inoportunos para o interesse público.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

36. Conforme o disposto no ordenamento jurídico brasileiro e o entendimento consolidado pelos tribunais superiores sobre o crime de excesso de exação, previsto no art. 316, §1º, do Código Penal, assinale a alternativa correta:

- a) Enquadra-se na mesma pena o servidor que desviar, para si ou para outrem, o valor indevidamente recebido, tratando-se, nesse caso, de mero exaurimento do crime.

b) Os verbos solicitar, exigir e sugerir constituem os núcleos do tipo penal, podendo a conduta ser praticada tanto de forma direta (pelo próprio agente) quanto indireta (por intermédio de outra pessoa).

c) Por se tratar de crime de natureza formal, sua consumação ocorre com o efetivo recebimento da vantagem indevida.

d) O princípio da insignificância aplica-se ao delito de excesso de exação, assim como a todos os crimes cometidos contra a Administração Pública.

e) Apenas o funcionário público, conforme a definição constante do Código Penal, pode ser sujeito ativo do delito, ainda que esteja fora do exercício do cargo ou antes de assumi-lo, desde que o ato tenha relação com a função, podendo o particular ser coautor ou partícipe se tiver ciência da condição funcional do agente

37. Pedro Henrique, de 19 anos de idade, praticou um crime de homicídio consumado em 20/02/2021. Na sentença, o juiz levou em consideração que ele, no momento do cometimento da conduta, apresentava perturbação mental que lhe retirava completamente a capacidade de discernimento.

Com base nas disposições do Código Penal e na situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) Pedro Henrique praticou o crime de homicídio consumado, sendo plenamente imputável.
- b) Pedro Henrique não praticou crime, pois faltou um dos elementos do conceito analítico do delito a imputabilidade.
- c) O Código Penal brasileiro adota exclusivamente o critério biopsicológico para fins de avaliação da imputabilidade.
- d) A inimputabilidade somente seria reconhecida se o homicídio tivesse sido cometido sob o domínio de violenta emoção.
- e) Pedro Henrique praticou o crime de homicídio consumado e não faz jus à atenuante referente à idade.

38. Um servidor público brasileiro, lotado em uma embaixada do Brasil na Suíça, comete um crime contra a fé pública da União. Nessa situação, de acordo com o Código Penal, a aplicação da lei penal brasileira ocorrerá sob a forma de:

- a) Extraterritorialidade incondicionada.
- b) Extraterritorialidade condicionada.
- c) Extraterritorialidade hipercondicionada.
- d) Territorialidade por equiparação.
- e) Territorialidade simples.

39. Em relação aos crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa que corresponde à figura qualificada do crime de excesso de exação, conforme o Código Penal:

- a) Exigir, para si ou para terceiro, direta ou indiretamente, ainda que fora do exercício da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- b) Quando o agente público desvia, em benefício próprio ou de outra pessoa, valores que recebeu indevidamente para recolher aos cofres públicos.
- c) Quando o servidor exige tributo ou contribuição social que sabe, ou deveria saber, ser indevido, ou, sendo devido, utiliza meio vexatório ou mais gravoso que o permitido por lei para efetuar a cobrança.
- d) Solicitar ou receber, para si ou para outra pessoa, ainda que fora da função ou antes de exercê-la, vantagem indevida, ou aceitar promessa dessa vantagem.
- e) Apropriar-se de quantia ou bem móvel recebido no exercício do cargo, em razão de erro de outrem.

40. Com base nas disposições legais acerca dos Crimes contra a Fé Pública, assinale a alternativa correta:

- a) O delito de falsidade ideológica somente se configura quando praticado em documento

público, não se aplicando aos documentos de natureza particular.

- b) A falsificação de documento público somente se consuma se o documento for utilizado e causar efetivo prejuízo a terceiro.
- c) É possível a incidência do princípio da insignificância nos crimes contra a fé pública.
- d) O particular que utiliza documento público falsificado, sabendo da falsidade, responde com a mesma pena prevista para o autor da falsificação.
- e) A realização de perícia é obrigatória tanto no crime de falsidade documental quanto no de falsidade ideológica.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

41. Com relação à invalidade do negócio jurídico, assinale a alternativa correta.

- a) Haverá dolo nos negócios jurídicos quando contiverem declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira.
- b) As nulidades devem ser pronunciadas pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico ou dos seus efeitos e as encontrar provadas, sendo-lhe permitido supri-las, se houver requerimento das partes.
- c) Quando a nulidade do ato resultar da falta de autorização de terceiro, será validado se este a der posteriormente.
- d) A anulabilidade não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício; só os interessados a podem alegar, e aproveita exclusivamente aos que a alegarem, salvo o caso de solidariedade ou indivisibilidade.
- e) Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de 4 anos, a contar da data da conclusão do ato.

42. Lúcio e André tomaram em conjunto um empréstimo de R\$ 20 mil junto ao Banco Crédito Fácil, obrigando-se ao pagamento dentro do prazo de 30 dias. Chegado o termo de vencimento, nem Lúcio, nem André, efetivaram o pagamento da quantia devida.

Constituído pelo Banco Crédito Fácil um advogado, este orientou-lhe corretamente a cobrar:

- a) Metade do valor de Lúcio, e a outra metade de André.
- b) O valor integral de Lúcio.
- c) O valor integral de André.
- d) O valor integral de Lúcio ou de André.
- e) O valor, integral ou parcial, de Lúcio ou de André.

43. Com relação aos vícios redibitórios, assinale a alternativa correta.

- a) A coisa recebida em virtude de contrato aleatório pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos que a tornem imprópria ao uso a que é destinada ou lhe diminuam o valor.
- b) A tutela legal contra vícios redibitórios não se aplica às doações, sejam elas gratuitas ou onerosas.
- c) Se o alienante conhecia o vício ou defeito da coisa, restituirá o que recebeu, mais as despesas do contrato.
- d) Se o alienante não conhecia o vício ou defeito da coisa, restituirá apenas o que recebeu.
- e) Não correrão os prazos legais para a propositura das ações edilícias na constância de cláusula de garantia, mas o adquirente deve denunciar o defeito ao alienante nos 30 dias seguintes ao seu descobrimento, sob pena de decadência.

44. Ruth é locatária de um apartamento pertencente a Marcelo situado no Edifício São Mateus. Há cerca de cinco anos, um vaso de plantas colocado por Ruth no parapeito da varanda veio a cair em razão de uma ventania. O vaso em questão caiu na cabeça de uma criança de 10 anos que brincava na

área de lazer do prédio, provocando uma fratura craniana. A criança sobreviveu, porém, ficou com sequelas permanentes. Até hoje, nenhuma ação foi proposta em razão do acidente.

A respeito da situação narrada, assinale a alternativa correta.

- a) O prazo prescricional para a propositura da ação de reparação civil se consumou três anos após o acidente.
- b) É possível o pleito reparatório de danos estéticos, cumulado com a reparação de danos morais.
- c) O responsável pela reparação civil é Marcelo.
- d) São responsáveis pela reparação civil tanto Ruth como Marcelo.
- e) A responsabilidade civil pela queda do objeto deve ser apurada mediante a comprovação de culpa.

45. Marcio e Paulo são proprietários de dois terrenos vizinhos de cem metros quadrados cada um, ambos avaliados em R\$ 90 mil. Há cerca de dois anos, Marcio construiu uma casa ao custo de R\$ 800 mil no terreno de sua propriedade. Entretanto, como os limites divisórios não estavam corretamente demarcados, a casa avançou em três metros quadrados no terreno do vizinho, Paulo. Este, ao perceber o fato, notificou Marcio.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) Marcio deve proceder à demolição da porção invasora.
- b) Paulo poderá adquirir para si a porção invasora, indenizando Marcio.
- c) Paulo poderá adquirir para si a porção invasora, independentemente de indenização.
- d) Marcio poderá adquirir para si a propriedade do solo invadido, desde que indenize danos emergentes e lucros cessantes a Paulo.
- e) Marcio poderá adquirir para si a propriedade do solo invadido, desde que indenize o valor da área perdida e a desvalorização da área remanescente a Paulo.

ECONOMIA*Celso Natale*

46. A atuação do Estado na economia pode ser analisada sob três funções clássicas de finanças públicas, segundo Richard Musgrave: alocativa, distributiva e estabilizadora. Considerando essa abordagem, é correto afirmar que:

- a) a função alocativa busca reduzir desigualdades de renda, por meio de transferências e tributos progressivos.
- b) a função distributiva tem como foco corrigir falhas de mercado e prover bens públicos indivisíveis.
- c) a função estabilizadora relaciona-se ao uso da política fiscal e monetária para atenuar flutuações econômicas.
- d) a função alocativa visa garantir a estabilidade dos preços e o pleno emprego.
- e) a função distributiva procura controlar a inflação e estimular o crescimento econômico.

47. No âmbito das finanças públicas, o Resultado Fiscal do Governo, medido pela Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP), pode ser avaliado sob as óticas primária e nominal. Nesse contexto, é correto afirmar que:

- a) o resultado primário considera todas as receitas e despesas, inclusive os juros da dívida pública.
- b) o resultado nominal corresponde ao resultado primário acrescido das receitas de capital.
- c) o resultado primário mede o esforço fiscal do governo, desconsiderando o pagamento de juros da dívida.
- d) o resultado nominal representa o resultado primário excluindo a variação cambial sobre a dívida.
- e) um superávit nominal indica que o governo não possui dívida mobiliária em circulação.

48. Julgue os itens a seguir, relativos ao financiamento dos gastos públicos, e marque a alternativa correta:

- I. A tributação direta, como o imposto de renda, tende a ser mais equitativa, pois permite maior progressividade conforme a capacidade contributiva.
 - II. Tributos indiretos, como o ICMS e o IPI, costumam ser regressivos, pois recaem proporcionalmente mais sobre as rendas mais baixas.
 - III. A equidade tributária é incompatível com a eficiência econômica, devendo o Estado optar sempre por tributos neutros.
- a) Apenas I está correta.
 - b) Apenas II está correta.
 - c) Apenas I e II estão corretas.
 - d) Apenas II e III estão corretas.
 - e) Todas estão corretas.

49. No debate sobre o papel do setor público no equilíbrio macroeconômico, as escolas clássica e keynesiana apresentam visões distintas. Nesse contexto, é correto afirmar que:

- a) para os clássicos, o gasto público é essencial para garantir o pleno emprego e estabilizar a demanda agregada.
- b) na visão keynesiana, o orçamento público deve ser sempre equilibrado, evitando déficits fiscais.
- c) segundo os clássicos, políticas fiscais expansionistas elevam o produto real no curto prazo, sem gerar pressões inflacionárias.
- d) ambas as visões defendem o papel ativo do Estado na estabilização econômica.
- e) para os keynesianos, a intervenção do Estado é necessária em períodos de recessão, quando o mercado não assegura o pleno emprego.

50. No contexto do federalismo fiscal, diversos modelos teóricos buscam explicar a provisão e o financiamento de bens públicos em diferentes níveis de governo. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) o modelo de Tiebout propõe que os cidadãos escolhem suas localidades com base no nível de tributos e serviços públicos desejado, estimulando eficiência pela “votação com os pés”.
- b) o modelo de Lindahl defende que os bens públicos devem ser financiados exclusivamente pela União, de forma centralizada, garantindo uniformidade fiscal.
- c) o modelo de Samuelson sustenta que os bens públicos devem ser rivais e excludentes para alcançar eficiência alocativa.
- d) o modelo de Musgrave rejeita a separação das funções do governo, defendendo que a política fiscal deve ser conduzida apenas pelos entes subnacionais.
- e) o federalismo fiscal tem por objetivo eliminar completamente as desigualdades regionais, por meio de transferência integral de receitas.

FINANÇAS PÚBLICAS

Amanda Aires

51. O economista Richard Musgrave propôs três funções clássicas do governo no sistema econômico. Assinale a alternativa correta:

- a) As funções do governo restringem-se à alocação e à estabilização, sendo a distribuição tratada exclusivamente pelo setor privado.
- b) A função de estabilização busca corrigir falhas de informação no mercado de capitais.
- c) A função distributiva atua para promover maior equidade na sociedade por meio de políticas de renda e tributação.
- d) A função alocativa impede que o governo produza bens públicos.
- e) As três funções de Musgrave substituem totalmente o funcionamento dos mercados.

52. Considere os conceitos de bens públicos e marque a alternativa correta:

- a) Bens públicos são caracterizados pela rivalidade no consumo e pela exclusão de usuários.
- b) Um bem público puro é não rival e não excludente, como um farol.
- c) Bens públicos sempre são produzidos exclusivamente pelo governo.
- d) Bens públicos impuros não podem ser ofertados pelo setor privado.
- e) Um bem público é definido pelo preço cobrado, e não por suas características de consumo.

53. No contexto das finanças públicas, o déficit público pode ser entendido como:

- a) A sobra de arrecadação em relação às despesas correntes.
- b) A necessidade de financiamento do governo quando as despesas superam as receitas.
- c) O resultado positivo entre receitas de capital e despesas financeiras.
- d) A diferença entre receitas orçamentárias e receitas extraorçamentárias.
- e) Um indicador que surge apenas quando há emissão de dívida mobiliária.

54. Sobre a dívida pública, assinale a alternativa correta:

- a) A dívida mobiliária corresponde às obrigações do governo decorrentes da emissão de títulos públicos.
- b) A dívida pública só existe quando há déficit primário.
- c) A dívida consolidada inclui apenas obrigações com vencimento inferior a doze meses.
- d) A dívida externa é sempre denominada em moeda estrangeira e nunca em moeda nacional.
- e) A dívida pública federal não pode ser refinanciada.

55. Sobre política fiscal, analise as alternativas e indique a correta:

- a) Política fiscal expansionista reduz gastos públicos e aumenta impostos para estimular a economia.
- b) Política fiscal contracionista visa aumentar o produto e reduzir o desemprego em períodos de recessão.
- c) Política fiscal envolve decisões de gasto público e tributação para influenciar a atividade econômica.
- d) A política fiscal é operada exclusivamente pelo Banco Central.
- e) A política fiscal não possui efeitos sobre o nível de preços.

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carrilho

56. João deseja montar um negócio, para isso, procura estudar sobre o tema, a respeito das regras aplicáveis a quem exerce algum tipo de atividade profissional, marque a opção que está de acordo com a lei:

- a) A pessoa que exerce profissão intelectual, por exemplo, médico, advogado e artista, jamais será considerada empresária, ainda que a atividade seja desenvolvida com organização de empresa.
- b) A inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis é ato facultativo e pode ser realizado depois do início das atividades, sem consequências.
- c) O empresário casado pode, independentemente do regime de bens, alienar os imóveis integrantes do patrimônio da empresa sem necessidade de outorga conjugal.
- d) O empresário rural está sujeito a registro obrigatório na Junta Comercial, sob pena de irregularidade, não havendo regime jurídico diferenciado.
- e) Os pactos antenupciais do empresário produzem efeitos perante terceiros independentemente de arquivamento ou averbação na Junta Comercial.

57. A respeito das sociedades, marque a correta:

- a) A sociedade em conta de participação adquire personalidade jurídica com o arquivamento do seu instrumento contratual na Junta Comercial, tornando-se oponível a terceiros.
- b) Antes do registro do ato constitutivo, a sociedade já possui personalidade jurídica plena e, por isso, o patrimônio social não responde pelas obrigações contraídas pelos sócios em seu nome.
- c) Na sociedade em nome coletivo, existem sócios comanditários que respondem apenas até o limite das quotas e são proibidos de exercer a administração social.
- d) É válida a cláusula contratual que exclua um sócio de toda participação nos lucros, desde que haja unanimidade dos demais sócios.
- e) A sociedade empresária adquire personalidade com a inscrição do ato constitutivo na Junta Comercial competente, enquanto a sociedade simples a adquire com o registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

58. A "Orquídea Tecnologia Ltda." foi constituída por quatro sócios (A, B, C e D), com capital social de R\$ 200.000,00, dividido em quotas iguais. O contrato social prevê (i) possibilidade de administração por não sócio e (ii) cláusula expressa de exclusão por justa causa. Três sócios integralizaram totalmente suas quotas; o sócio D deixou de integralizar 25% do que subscreveu. Meses depois: (1) o sócio A pretende ceder suas quotas a um investidor estranho; (2) os quotistas pretendem nomear um administrador não sócio enquanto o capital ainda não está integralizado; e (3) discute-se a responsabilização pela integralização faltante de D e a reação possível ao inadimplemento. À luz do Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) A cessão das quotas de A a terceiro estranho depende de aprovação de sócios titulares de, no mínimo, a maioria do capital social, salvo disposição contratual em contrário.
- b) A responsabilidade dos sócios é sempre restrita às próprias quotas, havendo solidariedade entre eles pela integralização do capital subscrito.
- c) A nomeação de administrador não sócio é livre e independe de quórum qualificado, ainda que o capital social não esteja integralizado.
- d) Em limitada, a exclusão por justa causa somente pode ocorrer judicialmente, sendo vedada a exclusão extrajudicial por deliberação dos sócios, ainda que haja previsão contratual.
- e) Constituído em mora, o sócio remisso deve ser necessariamente excluído, sem que a sociedade possa optar por vender suas quotas, reduzir o capital ou exigir perdas e danos.

59. A Amazônia Verde S.A., companhia fechada, pretende aprovar aumento de capital por subscrição privada, direcionado a investidores externos, sem ofertar direito de preferência aos atuais acionistas. O estatuto não prevê capital autorizado e não existe conselho de administração constituído. Na AGO, acionistas titulares de 5% do capital pedem a instalação do conselho fiscal. A assembleia foi instalada, em primeira convocação,

com 20% do capital votante presente. O presidente também propõe a destituição de um diretor estatutário. À luz da Lei 6.404/1976, assinale a alternativa correta.

- a) Em primeira convocação, a assembleia só pode instalar-se com a maioria absoluta do capital com direito a voto.
- b) Em companhia fechada, é obrigatória a existência de conselho de administração.
- c) Em subscrição privada, a companhia pode suprimir o direito de preferência livremente, sem hipótese legal específica.
- d) Na companhia fechada, acionistas detentores de cinco porcento do capital com direito a voto podem exigir a instalação do conselho fiscal.
- e) A assembleia pode destituir, a qualquer tempo, diretor estatutário por maioria dos votos presentes, e o aumento por subscrição privada deve respeitar o direito de preferência dos acionistas, salvo hipóteses legais de exclusão.

60. Sobre os efeitos do deferimento do processamento da recuperação judicial e de acordo com a previsão contida na Lei nº 11.101 de 2005, assinale a alternativa correta.

- a) As suspensões e as proibições legais contra o devedor ficam suspensas por 180 dias, prazo prorrogável uma única vez em caráter excepcional.
- b) A suspensão legal atinge também, automaticamente, coobrigados, fiadores e avalistas.
- c) Créditos tributários ficam sujeitos ao plano e se suspendem com o stay period.
- d) Terá prosseguimento no juízo no qual estiver se processando a ação que demandar quantia líquida.
- e) O prazo de 180 dias conta-se da apresentação do plano, e não do deferimento.

AUDITORIA*Tonyvan Carvalho*

61. A identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante exigem julgamento profissional do auditor e a análise aprofundada das respostas dos controles internos. Considerando as disposições da NBC TA 315 (R1), assinale a alternativa **correta**.

- a) O auditor pode deixar de avaliar o desenho e a implementação dos controles internos quando conclui que realizará uma auditoria exclusivamente substantiva.
- b) O entendimento da entidade, de seus ambientes e de seus controles deve ser suficiente para o auditor identificar riscos, mas a avaliação formal desses riscos somente é exigida na fase de execução da auditoria.
- c) A identificação de riscos significativos independe da existência de controles internos específicos relacionados ao risco analisado.
- d) Riscos decorrentes de estimativas contábeis sempre devem ser classificados como riscos significativos pelo auditor.
- e) O auditor deve aplicar procedimentos de avaliação de risco, incluindo indagações, procedimentos analíticos e observação/inspeção, para formar entendimento dos controles relevantes e identificar riscos de distorção relevante.

62. A NBC TA 240 (R1) enfatiza que, mesmo quando os controles internos de uma entidade são considerados adequados, a fraude pode não ser detectada. Entre os fatores que justificam essa limitação está:

- a) a impossibilidade de o auditor acessar documentos gerados por sistemas eletrônicos.
- b) a imprevisibilidade dos procedimentos de auditoria exigida pela norma.
- c) a habilidade dos fraudadores em agir por meio de conluio, burlando os controles existentes.
- d) o fato de o auditor não ter responsabilidade em avaliar riscos de fraude nos lançamentos contábeis.
- e) a eliminação do risco de auditoria mediante a aplicação de testes substantivos adicionais.

63. Durante a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia Alfa, o auditor independente enfrentou restrições significativas impostas pela administração. A administração impediu o acesso a documentos essenciais relacionados às receitas de dois trimestres, impossibilitando a aplicação de procedimentos alternativos. O auditor concluiu que tais limitações são relevantes e generalizadas. À luz da NBC TA 705, assinale a opção que indica o tipo de opinião apropriado e o fundamento normativo correspondente.

- a) Opinião com ressalva, pois a limitação de escopo é relevante, mas não necessariamente generalizada.
- b) Opinião adversa, pois a limitação de escopo implica discordância com as demonstrações contábeis.
- c) Abstenção de opinião, pois a limitação de escopo é relevante e generalizada, impedindo segurança razoável.
- d) Opinião com ressalva, pois a existência de procedimentos alternativos é irrelevante para a formação da opinião.
- e) Opinião adversa, porque qualquer restrição ao escopo automaticamente leva à opinião adversa.

64. Segundo a NBC TA 501, no que se refere aos pedidos de informação aos advogados externos da entidade auditada, assinale a alternativa correta.

- a) O auditor deve enviar solicitação direta aos advogados da entidade, independentemente de autorização formal da administração.
- b) Caso a administração se recuse a autorizar um pedido de informação jurídica, o auditor deve considerar esta recusa como uma limitação no escopo que pode resultar em opinião com ressalva ou abstenção.
- c) A resposta dos advogados deve sempre incluir estimativas monetárias específicas das possíveis perdas decorrentes de litígios.
- d) Se a administração autorizar o envio, mas os advogados se recusarem a responder, o auditor deve automaticamente emitir relatório adverso.
- e) A NBC TA 501 não trata sobre comunicação com advogados, pois litígios e contingências são matéria exclusiva da NBC TA 700.

65. Durante o planejamento, o auditor decide utilizar amostragem estatística para testes de detalhes em estoques. Após definir o objetivo do teste, a população e a materialidade, precisa escolher o método de seleção dos itens. Considerando a NBC TA 530, a característica essencial que distingue a amostragem estatística da não estatística é:

- a) A exigência de utilizar exclusivamente softwares especializados para seleção dos itens da amostra.
- b) A necessidade de que todos os itens tenham probabilidade igual de serem selecionados.
- c) O uso de técnicas de seleção baseadas em probabilidade e avaliação objetiva do risco de amostragem.
- d) A capacidade do auditor de projetar distorções apenas em amostragem estatística.
- e) A obrigação de empregar exclusivamente métodos aleatórios sem qualquer intervenção de julgamentos.

CONTABILIDADE GERAL, AVANÇADA E DE CUSTOS

Marcondes Fortaleza

66. Sobre conceito, objeto, objetivos, campo de atuação e classificação dos fatos contábeis, marque a assertiva correta:

- a) Contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos desses fenômenos em relação à eficácia funcional das células sociais.
- b) A contabilidade é a ciência que tem por objeto as contas que representam o patrimônio.
- c) É objetivo da contabilidade fornecer informações em geral a todos os públicos que se interessem por qualquer tipo de questão.
- d) A contabilidade tem a responsabilidade de criar o sistema gerencial para apuração de custos.
- e) A compra de mercadorias com desconto obtido em função do volume representa um fato contábil misto aumentativo.

67. Sobre a Estrutura Conceitual de Contabilidade, marque a alternativa correta.

- a) O relatório de informações financeiras impõe custos, e é importante que esses custos sejam justificados pelos benefícios de apresentar essas informações. Felizmente, não há vários tipos de custos e benefícios a serem considerados.
- b) A entidade que reporta pode ser uma única entidade ou parte da entidade ou pode compreender mais de uma entidade. Uma entidade que reporta é necessariamente uma entidade legal.
- c) Controle não vincula um recurso econômico à entidade.
- d) Contrato executório é o contrato, ou parte de contrato, que é igualmente não cumprido – nenhuma das partes cumpriu qualquer de suas obrigações, ou ambas as partes cumpriram parcialmente suas obrigações em igual extensão.
- e) O ativo ou passivo não pode existir se a probabilidade de entrada ou saída de benefícios econômicos for baixa.

68. Sobre Demonstrações Contábeis e critérios de avaliação e classificação de ativos e passivos, marque a assertiva correta:

- a) Quando se utiliza o PEPS, o custo dos estoques baixados fica pelos preços mais antigos até então estocados. No caso de preços crescentes, isso significa um custo dos estoques baixados maior do que o no custo médio ponderado.
- b) A entidade deve apresentar na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido o montante de dividendos reconhecidos como distribuição aos proprietários durante o período e o respectivo montante do dividendo por ação.
- c) A comissão dos vendedores deve ser registrada como despesa no mesmo período do reconhecimento da venda, inclusive quando paga, total ou parcialmente, em períodos posteriores.
- d) Um título do governo federal com prazo de vencimento de três meses, ou de dois anos, mas comprado três meses antes de sua maturidade, não pode ser equivalente de caixa.
- e) As operações de financiamento feitas diretamente pelo fornecedor para aquisições de bens e equipamentos, para fins de controle, devem ser registradas nas mesmas contas das operações de empréstimos e financiamentos.

69. A empresa MAVIFOR, que trabalha no ramo de compra e venda de televisores, apresentou, no final do mês de novembro de 2025, a seguinte movimentação:

- I.** Venda a prazo de mercadorias pelo montante de R\$ 400.000,00, com incidência de PIS e COFINS na sistemática cumulativa e ICMS com alíquota de 15%.
- II.** Desconto comercial concedido, no valor de R\$ 40.000,00.
- III.** Se a venda tivesse sido realizada à vista, o valor recebido seria de R\$ 365.000,00.
- IV.** O CMV representa 35% do valor das vendas brutas diminuídas das deduções de vendas.

Com base nas informações disponibilizadas, o lucro operacional bruto do mês de novembro de 2025 foi:

- a) R\$ 150.025,85
- b) R\$ 168.890,92
- c) R\$ 250.983,10
- d) R\$ 190.164,02
- e) R\$ 160.889,02

70. A empresa ILUSTRES S.A., em dezembro de 2025, apresentou as informações a seguir:

Processos	Valor estimado de forma confiável (em R\$ mil)	Classificação dada pela área jurídica
X	3.000,00	Possível
Y	1.800,00	Provável
Z	400,00	Remoto

Com base nessas informações, a empresa ILUSTRES S.A. é requerida a apresentar em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2025, passivo contingente no valor, em reais, de:

- a) R\$ 3.000,00.
- b) R\$ 4.800,00.
- c) R\$ 1.800,00.
- d) R\$ 5.200,00.
- e) R\$ 400,00.

71. Analise os seguintes itens a respeito da relação entre contabilidade de custos e contabilidade financeira e implantação do sistema de custos:

- I. A Contabilidade Financeira costuma trabalhar só com valores monetários, mas a de Custos, apesar de poder também fazê-lo, tem sua utilidade aumentada com a utilização de dados de natureza não monetária.
- II. Os Sistema de Custos conseguem, normalmente, eliminar pessoas e gastos a curto prazo.
- III. A implantação do Sistema deve ser, na medida do possível, gradativa, não necessariamente imposta com os mesmos detalhes e sofisticações em todos os Departamentos e níveis

Está correto o que se afirma apenas no(s) item(ns):

- a) I
- b) I e II
- c) I II e III
- d) III
- e) I e III

72. Marque a assertiva incorreta a respeito da NBC TSP 34, que trata de Custos no Setor Público:

- a) Os principais usuários da informação de custos são os usuários dos serviços, os provedores de recursos e seus representantes.
- b) As características qualitativas da informação de custos são relevância, representação fidedigna, comprehensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade. As restrições a estas características são materialidade, custo-benefício e alcance do equilíbrio apropriado entre as características qualitativas.
- c) Os custos podem ser determinados usando diferentes métodos de custeio e bases de mensuração, de acordo com o uso pretendido da informação. Toda informação de custo, independentemente do modo como é apresentada, deve ser rastreável até a fonte de dados da qual se originou.
- d) A geração das informações de custo deve ser compatível com o regime de competência, e observar as disposições acerca da integração com outras bases de dados.
- e) É recomendável que a entidade divulgue relatório de custos em base regular, com periodicidade mínima anual, demonstrando o desempenho de sua atuação ao longo do tempo, contendo análise e interpretação do consumo dos recursos à sua disposição e explicações de eventuais variações ocorridas no período.

73. Quando uma empresa possui um gasto que no seu total varia em função da quantidade de produtos produzidos e que não necessita de algum critério de alocação para a divisão do gasto em cada tipo de produto, isso representa:

- a) custo fixo e custeio por absorção;
- b) despesa fixa e custo direto de fabricação;
- c) despesa variável e custo direto de fabricação;
- d) custo variável e custo direto de fabricação;
- e) custo variável e custeio por absorção.

74. A Cia. MAVIFOR apresentou os seguintes saldos em 31/12/2021:

- Consumo de matéria prima no período: R\$ 7.700;
- Despesas de publicidade: R\$ 6.300;
- custos indiretos de fabricação: R\$ 4.490;
- saldo inicial do inventário de produtos acabados: R\$ 1.600;
- saldo final de inventário de produtos em processo: R\$ 1.380;
- saldo inicial do inventário de produtos em processo: R\$ 1.800;
- saldo final do inventário de produtos acabados: R\$ 1.000;
- mão de obra direta consumida no período: R\$ 7.440.

Qual é o valor da Custo da Produção Acabada no período?

- a) R\$ 20.650.
- b) R\$ 20.050.
- c) R\$ 19.630.
- d) R\$ 18.630.
- e) R\$ 20.230.

75. A Cia. industrial MAVIFOR incorreu nos seguintes custos durante o mês de janeiro de 2022:

- Matéria-prima consumida: R\$ 100,
- mão de obra direta: R\$ 300;
- custos indiretos de fabricação variáveis: R\$ 80;
- custos indiretos fixos de fabricação: R\$ 120.

Nesse mês, a empresa produziu 10 unidades e vendeu 70% delas por R\$ 550.

Quais são os custos dos produtos vendidos de acordo com o custeio por absorção e com o custeio variável, respectivamente?

- a) R\$ 130 e R\$ 214.
- b) R\$ 214 e R\$ 130.
- c) R\$ 336 e R\$ 420.

d) R\$ 600 e R\$ 480.

e) R\$ 420 e R\$ 336.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

76. A NBC TSP Estrutura Conceitual define os conceitos que sustentam a elaboração e divulgação da informação contábil de propósito geral no setor público. Sobre a identificação dos usuários primários e os objetivos da informação contábil, assinale a opção correta:

- a) Os usuários primários são os órgãos de controle interno e externo, pois detêm competência legal para exigir relatórios específicos.
- b) A informação contábil é elaborada primordialmente para atender às necessidades de tomada de decisão de gestores internos, uma vez que possuem prerrogativa de solicitar relatórios sob demanda.
- c) Os usuários primários incluem cidadãos e provedores de recursos e outros credores, que não podem exigir relatórios específicos, e a informação visa fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.
- d) O objetivo da informação contábil é mensurar o desempenho financeiro para fins de distribuição de dividendos aos investidores do setor público.
- e) A EC restringe o foco às informações financeiras monetárias, excluindo informações de serviço (não financeiras) por reduzirem a comparabilidade.

77. A respeito do reconhecimento, mensuração e depreciação do ativo imobilizado no setor público, conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a opção correta:

- a) Um item do imobilizado deve ser reconhecido quando houver autorização orçamentária e empenho, independentemente da probabilidade de geração de potencial de serviços e da mensuração confiável do custo.
- b) A mensuração inicial do imobilizado pode incluir custos administrativos gerais e despesas de treinamento de pessoal, desde que ocorridos até a entrada do bem em operação, pois são necessários à implantação.
- c) A mensuração inicial do imobilizado é feita pelo custo, compreendendo o preço de aquisição (deduzidos descontos) e os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição de funcionamento pretendidos.
- d) O início da depreciação ocorre apenas após um mês completo de uso do bem, para evitar distorções na taxa anual, e terrenos e edificações não são depreciados.
- e) Quando há substituição de componente relevante (por exemplo, um motor), o custo do novo componente é capitalizado sem baixa do componente substituído, que permanece no ativo até o fim da vida útil do bem principal.

78. Considere a conta 1.1.1.1.01.00.00 — Caixa e Equivalentes de Caixa. Sobre a estrutura do PCASP, a natureza da informação contábil, o código e atributos de contas, assinale a opção correta:

- a) A conta pertence à Natureza de Controle, pois o primeiro dígito (1) indica contas de controle de saldos.
- b) Por ser um ativo, seu atributo de saldo natural é credor (reduz patrimônio líquido).
- c) A conta está na Natureza Patrimonial; o primeiro dígito “1” identifica a Classe Ativo; o saldo natural é devedor; o código hierárquico revela classe, grupo e demais desdobramentos da conta.
- d) O PCASP permite que cada ente crie classes próprias, preservando os níveis inferiores padronizados.
- e) O código numérico identifica unicamente a conta, mas não informa sua posição hierárquica.

79. O Município Audazes dos Pampas registrou para 2024:

- Receita prevista inicial: R\$ 300 milhões;
- Receita realizada: R\$ 315 milhões.
- Despesa fixada inicial: R\$ 300 milhões;
- Despesa empenhada: R\$ 310 milhões; Liquidada: R\$ 296 milhões; Paga: R\$ 290 milhões.

Com base nessas informações, assinale a opção que indica corretamente o Resultado Orçamentário do exercício:

- a) Déficit de R\$ 15 milhões.
- b) Superávit de R\$ 5 milhões.
- c) Superávit de R\$ 19 milhões.
- d) Superávit de R\$ 25 milhões.
- e) Déficit de R\$ 10 milhões.

80. O Município Audazes dos Pampas apresentou, em 2024:

- Recebimento de taxas de serviços públicos: R\$ 6.800.000
- Pagamento de pessoal e encargos: R\$ 3.100.000
- Pagamento a fornecedores (materiais e serviços): R\$ 1.600.000
- Aquisição de máquinas e equipamentos: R\$ 2.400.000
- Alienação de veículo (entrada de caixa): R\$ 200.000
- Captação de empréstimo de longo prazo: R\$ 1.500.000
- Amortização (principal) de empréstimo anterior: R\$ 900.000
- Juros pagos de financiamentos: R\$ 150.000

De acordo com a NBC TSP 12 e o MCASP, assinale a opção que indica corretamente quais são os fluxos líquidos de caixa das atividades Operacionais e de Investimento, respectivamente:

- a) Operacionais: R\$ 1.950.000; Investimento: R\$ -2.200.000
- b) Operacionais: R\$ 1.950.000; Investimento: R\$ -2.400.000
- c) Operacionais: R\$ 1.800.000; Investimento: R\$ -2.200.000
- d) Operacionais: R\$ 2.100.000; Investimento: R\$ -2.200.000
- e) Operacionais: R\$ 1.800.000; Investimento: R\$ -2.400.000

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

81. Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I-) As Contribuições para SEBRAE, por incentivar a criação e desenvolvimento de micro e pequenas empresas, é considerada Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE.
- II-) As contribuições para o FGTS possuem natureza tributária, sendo aplicáveis as normas do Código Tributário Nacional às execuções fiscais destinadas à sua cobrança.
- III-) A contribuição de melhoria é tributo cujo fato imponível decorre da valorização imobiliária que se segue a uma obra pública, sendo inequívoca a necessidade de sua instituição por lei específica, emanada do Poder Público construtor, obra por obra.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

82. Uma lei municipal, publicada em 15 de novembro de 2023, instituiu uma nova taxa para a coleta de lixo. Com base nos Princípios da Anterioridade e da Noventena, assinale a alternativa que indica a data a partir da qual essa taxa poderá ser cobrada dos contribuintes:

- a) 15 de novembro de 2023.
- b) 14 de fevereiro de 2024.
- c) 1º de janeiro de 2024.
- d) 15 de novembro de 2024.
- e) 1º de janeiro de 2023.

83. O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) é conhecido por sua função extrafiscal, que permite ao Poder Executivo alterar suas alíquotas com maior agilidade para intervir na economia. Qual característica tributária específica se aplica ao IOF em relação aos princípios da anterioridade?

- a) O IOF está sujeito tanto ao princípio da anterioridade anual quanto ao da noventena.
- b) O IOF é uma exceção ao princípio da noventena, mas deve observar a anterioridade anual.
- c) O IOF é uma exceção ao princípio da anterioridade anual, mas deve observar a noventena.
- d) O IOF é uma exceção tanto ao princípio da anterioridade anual quanto ao da noventena.
- e) O IOF deve observar apenas a anterioridade anual, por se tratar de imposto federal.

84. A Igreja Batista de Miranda/MS alugou um imóvel próximo à sua sede para funcionar o seu escritório administrativo.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) sobre este imóvel que funciona o escritório da igreja, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a cobrança de tributos sobre o imóvel alugado, tendo em vista a imunidade concedidas às igrejas de qualquer culto.
- b) Este imóvel que funciona o escritório só seria considerado imune se fosse de propriedade da igreja.
- c) O IPTU é devido pois neste imóvel não se realizam os cultos religiosos.
- d) O IPTU não é devido, tendo em vista a imunidade religiosa.
- e) O IPTU é devido, pois o imóvel é alugado.

85. Sobre a responsabilidade tributária por sucessão de bens imóveis, conforme a legislação e a jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta:

a) Em casos de arrematação de imóvel em hasta pública, o arrematante é responsável pelos débitos tributários que incidiam sobre o bem, desde que essa previsão conste expressamente no edital do leilão.

b) O art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que, na arrematação em hasta pública, a sub-rogação dos créditos tributários ocorre sobre o respectivo preço, isentando o arrematante dos débitos anteriores.

c) A responsabilidade do adquirente de bens imóveis por débitos tributários anteriores é afastada apenas se ele provar haver assumido o encargo financeiro do tributo.

d) A aquisição de imóvel por meio de desapropriação ou usucapião transfere ao novo proprietário a responsabilidade pelos tributos incidentes sobre o bem cujos fatos geradores são anteriores à aquisição.

e) A Certidão Negativa de Débitos (CND) anexada ao registro do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis apenas atesta a regularidade fiscal do alienante, não afastando a responsabilidade do adquirente por débitos tributários posteriormente identificados.

86. Em relação à Repartição das Receitas Tributárias, assinale a alternativa correta:

- a) 25% do produto da arrecadação do IPVA é repartido aos Municípios.
- b) 50% do produto da arrecadação do ITR é repartido aos Municípios que optarem pela fiscalização e cobrança deste Imposto.
- c) 10% do produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis é repartido aos Estados
- d) Pertencerá aos Municípios 30% do IOF sobre o ouro quando considerado Ativo Financeiro ou Instrumento Cambial.
- e) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal 20% do produto da arrecadação dos impostos que a União instituir no uso de sua competência residual.

87. Conforme atual entendimento dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir:

I-) São constitucionais as taxas estaduais pela utilização efetiva ou potencial dos serviços públicos de prevenção e combate a incêndios, busca, salvamento ou resgate prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição pelos corpos de bombeiros militares.

II-) É inconstitucional lei estadual que concede benefício fiscal sem a prévia estimativa de impacto orçamentário e financeiro exigida pelo art. 113 do ADCT.

III-) Na sociedade que opera irregularmente e já dissolvida, a citação feita a um dos sócios (devedores) interrompe a prescrição a favor do Fisco e alcança não só o citado, mas, também, todos os demais solidários.

Está correto o que se afirma em

- a) I e III, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

88. Com relação à Competência tributária, analise as afirmativas a seguir.

I-) A capacidade tributária ativa compreende funções de arrecadar e fiscalizar tributos, atribuições que, igualmente à competência tributária, são indelegáveis.

II-) Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerão à competência legislativa daquela pessoa a que tenham sido constitucionalmente atribuídos.

III-) Os serviços sociais autônomos integrantes do denominado Sistema "S" possuem competência para proceder às atividades de tributação, fiscalização, arrecadação e cobrança das contribuições de terceiros.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II e III, apenas.

89. As garantias e privilégios do crédito tributário estão consagrados no Código Tributário Nacional e em outras leis tributárias, em função da natureza ou das características do tributo a que se refiram. Sobre o tema, é correto afirmar:

- a) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário altera a natureza da obrigação tributária a que corresponda.
- b) Responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, excluídos os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.
- c) Os bens gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade não respondem pelo pagamento do crédito tributário, pois sempre são impenhoráveis.
- d) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário inscrito ou não na dívida ativa.
- e) Após inscrição na dívida ativa do crédito tributário, a alienação pelo devedor de parte de seus bens caracterizará fraude, ainda que este reserve bens ou rendas suficientes para o pagamento total do crédito tributário devido.

90. A respeito da Dívida Ativa e da Certidão Negativa, julgue os itens a seguir:

- I-) A dívida tributária, ainda que não inscrita, goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.
- II-) A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário e juros de mora acrescidos.
- III-) Não se admite a substituição da CDA para alteração do sujeito passivo dela constante, por não se tratar de mero erro formal ou material, mas de alteração do próprio lançamento.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Eduardo Da Rocha

91. A empresa Mercantil Global S.A. importou uma carga de equipamentos eletrônicos transportada por via terrestre da Bolívia até o seu centro de distribuição em Campo Grande/MS. O transporte foi contratado com a transportadora Andina Logística Ltda., e a operação chamou a atenção do setor fiscal quanto ao momento exato da ocorrência do fato gerador do IBS e da CBS. Com base na LC 214/25, assinale a alternativa correta quanto ao serviço de transporte de carga descrito.

- a) O fato gerador ocorre no momento em que o contrato de transporte é firmado entre a importadora e a transportadora.
- b) O fato gerador ocorre no início do transporte, na saída da carga do território boliviano.
- c) O fato gerador ocorre no término do transporte, quando a carga chega ao estabelecimento da importadora em Campo Grande/MS.

d) O fato gerador somente ocorre após o desembarço aduaneiro da mercadoria.

e) O fato gerador ocorre na data do pagamento do frete, ainda que o transporte não tenha sido concluído.

92. A empresa **Alfa Indústria Têxtil Ltda.**, fabricante de uniformes escolares, decidiu doar parte de sua produção a uma instituição benéfica, sem qualquer contraprestação ou publicidade vinculada à operação. Na apuração dos tributos, o contador da empresa percebeu que, na fabricação dos uniformes doados, haviam sido apropriados créditos de IBS e CBS referentes à aquisição de tecidos e insumos. Diante disso, ficou em dúvida se a operação estaria sujeita à tributação. Com base na LC 214/25, assinale a alternativa correta:

- a) A doação é isenta de IBS e CBS.
- b) A doação é obrigatoriamente tributada, pois qualquer doação de bens é considerada fornecimento para fins de incidência do IBS e da CBS.
- c) A doação é imune ao IBS e à CBS, desde que feita a instituições benéficas reconhecidas pelo poder público.
- d) A doação não é tributada, salvo se houver créditos apropriados pelo doador, caso em que a empresa deve tributar o bem pelo valor de mercado ou, opcionalmente, anular os créditos.
- e) A operação será sempre tributada, ainda que os créditos tenham sido anulados, por se tratar de saída de bens produzidos pela empresa.

93. Durante uma operação de fiscalização voltada à **arrecadação do Imposto Seletivo**, agentes da Receita abordaram um caminhão da empresa **Transvale Transportes Ltda.**, que transportava grande quantidade de **produtos fumígenos** relacionados no Anexo XVII da LC 214/25, **sem qualquer documentação fiscal que comprovasse sua procedência**. O motorista alegou desconhecer a irregularidade e afirmou que apenas prestava serviço de transporte para um contratante não identificado.

Com base na LC 214/25, assinale a alternativa correta quanto às consequências dessa infração.

- a) Os produtos fumígenos serão apreendidos, mas não poderá haver perdimento, pois a sanção só se aplica a produtos importados.
- b) O transporte de cigarros desacompanhados de documentação fiscal enseja a pena de perdimento dos produtos, sem prejuízo da cobrança do Imposto Seletivo devido.
- c) A pena de perdimento afasta a exigência do Imposto Seletivo, que se torna inexigível em razão da perda da mercadoria.
- d) A pena de perdimento somente será aplicada se comprovado o dolo do fabricante dos produtos fumígenos.
- e) O veículo transportador não poderá ser alcançado pela pena de perdimento.

94. Com base na LC 214/25, analise as afirmativas abaixo acerca da cooperação entre a Receita Federal do Brasil (RFB) e as administrações tributárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- I. A RFB e as administrações tributárias estaduais, distrital e municipais poderão utilizar, em seus lançamentos, provas e fundamentações obtidas em processos administrativos de outro ente federativo, inclusive em processos já encerrados.
- II. O compartilhamento de registros sobre o início e o resultado das fiscalizações relativas ao IBS e à CBS

será feito em ambiente sob gestão exclusiva da Receita Federal do Brasil.

III. A fiscalização de pequeno valor poderá ser objeto de delegação recíproca entre a RFB e os demais entes federativos, mediante convênio, desde que o valor do lançamento não supere limite estabelecido em regulamento.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

95. A empresa **Delta Alimentos S.A.** possui filiais em Recife, Salvador e Belo Horizonte. Ao final do mês, o setor fiscal consolidou todas as operações realizadas pelas três unidades, apurando um único saldo de IBS e um único saldo de CBS a recolher. Durante essa apuração, a matriz, localizada em Recife, foi responsável pelo envio da declaração e pelo pagamento. Posteriormente, constatou-se um erro na apuração do crédito de uma das filiais, e a fiscalização estadual autuou a empresa alegando falta de recolhimento.

Com base na LC 214/25, assinale a alternativa correta.

- a) A apuração do IBS e da CBS deve ser realizada separadamente por estabelecimento, e não de forma consolidada.
- b) O pagamento e o pedido de ressarcimento do IBS e da CBS devem ser efetuados em cada filial, conforme o local da operação.
- c) A apuração consolidada em um único estabelecimento é permitida e implica confissão de dívida pelo contribuinte, constituindo o crédito tributário.
- d) A apuração consolidada depende de autorização prévia do Comitê Gestor do IBS e da Receita Federal do Brasil.
- e) A confissão de dívida do contribuinte somente se aperfeiçoa após o julgamento administrativo definitivo.

96. O empresário **Carlos Menezes**, domiciliado em **Belo Horizonte/MG**, participou de um **leilão judicial realizado em São Paulo/SP**, no qual arrematou um caminhão que estava **estacionado e guardado em Curitiba/PR**. O caminhão foi posteriormente transportado para Minas Gerais.

Com base na LC 214/25, assinale a alternativa correta quanto ao **local da operação** para fins de incidência do IBS e da CBS.

- a) O local da operação é o domicílio do arrematante, em Belo Horizonte, onde o bem será utilizado.
- b) O local da operação é São Paulo, onde ocorreu o leilão judicial.
- c) O local da operação é Curitiba, onde o bem se encontrava no momento da arrematação.
- d) O local da operação é o domicílio do vendedor judicial, indicado no edital de leilão.
- e) O local da operação será definido conforme o destino final do bem, independentemente do local em que se encontrava.

97. A empresa Solartech Energia Ltda. vendeu equipamentos de geração solar para a empresa Luz do Sol Comércio e Serviços Ltda. pelo valor de R\$ 200.000,00, concedendo desconto de R\$ 10.000,00 condicionado ao pagamento até determinada data. O contrato previa ainda frete de R\$ 8.000,00, realizado pela própria vendedora, e seguro de transporte no valor de R\$ 2.000,00, também cobrado pela vendedora. Além disso, a nota fiscal indicava R\$ 20.000,00 de IPI e R\$ 10.000,00 correspondentes ao IBS e à CBS.

Com base na LC 214/25, assinale a alternativa que indica corretamente o valor da operação para fins de apuração da base de cálculo do IBS e da CBS.

- a) R\$ 200.000,00, pois o frete, o seguro e o desconto condicionado não integram a base de cálculo.
- b) R\$ 200.000,00, pois o valor do IPI e dos tributos da própria operação não devem ser incluídos.
- c) R\$ 210.000,00, pois o frete e o seguro integram o valor da operação, assim como o desconto condicionado.

d) R\$ 218.000,00, pois todos os valores cobrados compõem o valor da operação, inclusive o IPI.

e) R\$ 228.000,00, pois todos os valores da nota fiscal, inclusive os tributos, devem ser considerados para o cálculo.

98. Com base na LC 214/25, analise as afirmativas abaixo acerca da responsabilidade das plataformas digitais pelo pagamento do IBS e da CBS:

- I. As plataformas digitais, ainda que domiciliadas no exterior, são responsáveis solidariamente com o adquirente ou destinatário e em substituição ao fornecedor, quando este for residente ou domiciliado no exterior.
- II. Quando o fornecedor nacional deixar de registrar a operação em documento fiscal eletrônico, a plataforma digital que intermediar a operação será responsável solidária com ele.
- III. As plataformas digitais domiciliadas no exterior não podem ser responsabilizadas pelo IBS e pela CBS, por não possuírem sede ou representação no País.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

99. Com base na LC 214/25, analise as afirmativas abaixo sobre a tributação dos combustíveis pelo IBS e pela CBS:

- I. O IBS e a CBS incidirão uma única vez sobre as operações com gasolina, etanol e diesel, ainda que as operações se iniciem no exterior.
- II. A base de cálculo do IBS e da CBS nas operações com combustíveis é o valor da operação.
- III. As alíquotas do IBS e da CBS incidentes sobre combustíveis serão uniformes em todo o território nacional, específicas por unidade de medida e diferenciadas por produto.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

100. Com base na LC 214/25, analise as afirmativas abaixo sobre a **devolução do IBS e da CBS às famílias de baixa renda**:

- I. A devolução do IBS e da CBS será destinada à pessoa responsável pela unidade familiar cadastrada no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).
- II. Para ter direito à devolução, é necessário que a família tenha renda familiar mensal per capita de até meio salário-mínimo, resida no território nacional e possua inscrição regular no CPF.
- III. A devolução dos tributos sempre será concedida automaticamente no momento da cobrança.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**FEDERAL***Fábio Dutra*

101. Considerando as disposições do Regulamento do Imposto de Renda sobre os contribuintes e responsáveis do imposto sobre a renda das pessoas físicas (IRPF), assinale a alternativa correta:

- a) Os rendimentos percebidos por menores de idade devem ser sempre tributados em conjunto com os rendimentos de seus pais, sendo vedada a tributação em nome próprio do menor.
- b) As pessoas físicas estrangeiras que perceberem rendimentos no País terão suas rendas tributadas exclusivamente como não residentes.
- c) São contribuintes do imposto sobre a renda as pessoas físicas que perceberem rendimentos de bens de que tenham a posse como se lhes pertencessem, desde que haja prova documental da propriedade.
- d) As pessoas físicas que perceberem renda ou proventos de qualquer natureza são contribuintes do imposto sobre a renda, sem distinção de nacionalidade, sexo, idade, estado civil ou profissão.
- e) O imposto sobre a renda incide no momento em que os rendimentos são contabilizados pelo contribuinte, independentemente de quando forem efetivamente percebidos.

102. Uma empresa de pequeno porte, fundada em 2021, optante pelo Simples Nacional desde então, auferiu receita bruta de R\$ 4.900.000,00 no ano-calendário de 2024. No mês de novembro de 2024, a empresa excedeu em 2% o limite do Simples Nacional. Considerando essa situação, analise as assertivas abaixo:

- a) A empresa será excluída do Simples Nacional no mês subsequente à ocorrência do excesso, com efeitos retroativos ao início de suas atividades.
- b) Os efeitos da exclusão dar-se-ão no ano-calendário subsequente, pois o excesso verificado não foi superior a 20% do limite de receita bruta.
- c) A empresa poderá permanecer no Simples Nacional normalmente, dependendo do Estado em que estiver situada, por conta dos limites diferenciados previstos na LC 123/2006.
- d) A exclusão produzirá efeitos imediatos a partir do mês de novembro de 2024, sem retroatividade.
- e) A empresa deverá recolher o imposto em dobro sobre o excesso apurado.

103. Considerando as disposições do Decreto 70.235/1972 acerca do processo administrativo fiscal, assinale a alternativa correta:

- a) O procedimento fiscal tem início exclusivamente com o primeiro ato de ofício escrito praticado por servidor competente, não se admitindo outras formas de início.
- b) Os prazos processuais serão contínuos, incluindo-se na sua contagem o dia do início e excluindo-se o do vencimento, podendo se iniciar ou vencer em qualquer dia.
- c) A exigência do crédito tributário será formalizada em autos de infração que devem ser distintos para cada tributo ou penalidade, os quais deverão estar instruídos com todos os elementos de prova indispensáveis à comprovação do ilícito.
- d) No âmbito do processo administrativo fiscal, os órgãos de julgamento podem afastar a aplicação de tratado ou lei sob fundamento de

inconstitucionalidade, desde que fundamentem adequadamente sua decisão.

- e) A intimação do sujeito passivo poderá ser feita apenas de forma pessoal ou por via postal, sendo vedada a intimação por meio eletrônico no processo administrativo fiscal federal.

104. No que tange à tributação da sociedade conjugal e do espólio prevista no Regulamento do Imposto de Renda, assinale a alternativa incorreta:

- a) Na constância da sociedade conjugal, cada cônjuge terá seus rendimentos tributados na proporção de 100% dos que lhes forem próprios e 50% daqueles produzidos pelos bens comuns.
- b) Os cônjuges poderão optar pela tributação em conjunto de seus rendimentos, inclusive quando provenientes de bens gravados com cláusula de incomunicabilidade ou inalienabilidade.
- c) Ao espólio serão aplicadas as mesmas normas a que ficam sujeitas as pessoas físicas, sendo que a partir da abertura da sucessão, as obrigações ficam a cargo do inventariante.
- d) A declaração de ajuste anual do espólio será apresentada em nome do espólio pelo inventariante ou, se este ainda não houver sido nomeado, pelo cônjuge meeiro, companheiro ou sucessor a qualquer título.
- e) Na hipótese de dissolução da sociedade conjugal por morte, serão tributadas em nome do sobrevivente as importâncias que este perceber de seu trabalho próprio e 100% dos rendimentos produzidos pelos bens comuns enquanto não ultimada a partilha.

105. No que se refere ao Imposto sobre Produtos Industrializados, previsto no Regulamento do IPI, assinale a alternativa correta:

- a) São obrigados ao pagamento do IPI como contribuintes apenas o importador e o industrial, sendo vedada a equiparação de estabelecimentos comerciais à condição de contribuintes.
- b) O transportador que transportar produtos tributados desacompanhados da documentação comprobatória de sua procedência responde solidariamente com o contribuinte pelo pagamento do imposto.
- c) O fato gerador do IPI, no caso de produtos nacionais, ocorre na data da entrada da mercadoria no estabelecimento do adquirente, momento em que se considera concluída a operação.
- d) Não constitui fato gerador do IPI a saída de produtos incorporados ao ativo permanente após 5 anos de sua incorporação pelo estabelecimento industrial que os tenha industrializado ou importado.
- e) As convenções particulares relativas à responsabilidade pelo pagamento do IPI podem ser opostas à Fazenda Pública para modificar a definição do sujeito passivo das obrigações correspondentes.

106. Sobre a determinação do lucro real e do lucro líquido das pessoas jurídicas, previstas no Regulamento do Imposto de Renda, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- () O lucro real é o lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pelo Regulamento do Imposto de Renda.
- () O lucro líquido do período de apuração independe dos preceitos da lei comercial, devendo ser determinado exclusivamente com base nas regras tributárias estabelecidas na legislação fiscal.

() Na determinação do lucro real, os valores que competirem a outro período de apuração e forem adicionados ao lucro líquido serão excluídos do lucro líquido do período competente.

- a) V, F, V
- b) F, V, F
- c) V, V, F
- d) F, F, V
- e) V, F, F

107. No que se refere ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, previsto na Lei 9.393/1996, assinale a alternativa correta:

- a) O fato gerador do ITR é a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado fora da zona urbana do município, em 31 de dezembro de cada ano.
- b) São isentos do ITR os imóveis rurais compreendidos em programa oficial de reforma agrária caracterizados como assentamento, bastando que o assentado não possua outro imóvel.
- c) Contribuinte do ITR é exclusivamente o proprietário de imóvel rural.
- d) O domicílio tributário do contribuinte do ITR é o município de localização do imóvel, vedada a eleição de qualquer outro domicílio para fins tributários.
- e) É responsável pelo crédito tributário do ITR o adquirente do imóvel rural, nas hipóteses de transmissão por alienação da propriedade, não se aplicando tal responsabilidade em caso de sucessão causa mortis.

108. Sobre a legislação relativa ao IOF, especificamente sobre as operações de seguro, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- () O fato gerador do IOF incidente sobre operações de seguro é o recebimento do prêmio, ocorrendo no ato do recebimento total ou parcial.
- () Contribuintes do IOF nas operações de seguro são as seguradoras, que devem recolher o imposto ao Tesouro Nacional.
- () A base de cálculo do IOF nas operações de seguro é o valor dos prêmios pagos, devendo a alíquota ser fixada em lei.

- a) V, F, V
- b) F, V, F
- c) V, V, F
- d) F, F, V
- e) V, F, F

109. Sobre o período de apuração e a forma de pagamento do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas (IRPJ), conforme disposto no Decreto 9.580/2018, assinale a alternativa incorreta:

- a) d) A adoção da forma de apuração trimestral ou anual do imposto sobre a renda, pelas pessoas jurídicas sujeitas ao lucro real, poderá ser alterada a qualquer tempo durante o ano-calendário, desde que comunicada previamente à Receita Federal.
- b) O imposto sobre a renda das pessoas jurídicas será determinado com base no lucro real, presumido ou arbitrado, por períodos de apuração trimestrais, encerrados nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário.
- c) A pessoa jurídica que optar pela forma de apuração do IRPJ anualmente deverá apurar o lucro real em 31 de dezembro de cada ano.
- d) Nas hipóteses de incorporação, fusão ou cisão, a apuração da base de cálculo e do imposto sobre a renda devido será efetuada na data do evento.

e) A pessoa jurídica sujeita à tributação com base no lucro real poderá optar pelo pagamento do imposto sobre a renda, em cada mês, determinado sobre base de cálculo estimada, e apurar o lucro real em 31 de dezembro.

110. Acerca das disposições do Decreto 70.235/1972 sobre a decisão e os recursos no processo administrativo fiscal, assinale a alternativa correta:

- a) Da decisão de primeira instância caberá recurso voluntário, total ou parcial, com efeito meramente devolutivo, dentro dos quinze dias seguintes à ciência da decisão.
- b) A autoridade de primeira instância recorrerá de ofício sempre que a decisão exonerar o sujeito passivo do pagamento de tributo e encargos de multa de valor total superior ao limite fixado em ato do Ministro de Estado da Fazenda.
- c) A decisão de primeira instância deverá conter relatório resumido do processo, fundamentos legais e conclusão, sendo facultativa a referência expressa a todos os autos de infração objeto do processo.
- d) Da decisão de primeira instância cabe pedido de reconsideração dirigido à mesma autoridade julgadora, no prazo de dez dias contados da ciência da decisão.
- e) O recurso intempestivo será recusado pelo órgão preparador, não sendo encaminhado ao órgão de segunda instância para julgamento da perempção.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**ESTADUAL***Eduardo da Rocha*

101. O fato gerador do ICMS, conforme previsto na Lei Kandir, alcança diversas operações relacionadas à circulação de bens e à prestação de serviços. Nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) O imposto incide apenas sobre a circulação de mercadorias destinadas à revenda, não abrangendo o fornecimento de alimentação e bebidas em estabelecimentos comerciais.
- b) As prestações de serviços de transporte municipal de pessoas são alcançadas pela incidência do imposto, pois não se enquadram na competência dos Municípios.
- c) A prestação de serviços de comunicação, independentemente do meio utilizado, está sujeita ao imposto, desde que haja contraprestação financeira.
- d) O fornecimento de mercadorias acompanhado de serviços sujeitos ao ISS nunca será tributado pelo imposto estadual.
- e) Operações de fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência municipal não configuram hipótese de incidência.

102. Com base na Lei Kandir, analise as afirmativas abaixo sobre as hipóteses de **não incidência** do ICMS:

- I. Não incide imposto sobre as operações que destinem mercadorias ou serviços ao exterior, inclusive quando se tratar de produtos primários ou semi-elaborados.
- II. As operações interestaduais com energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis dele derivados, não são alcançadas pelo ICMS, independentemente da destinação dos produtos.
- III. A não incidência abrange as operações de alienação fiduciária em garantia, inclusive aquelas

realizadas pelo credor em razão do inadimplemento do devedor.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

103. A empresa **Distribuidora Alpha Ltda.**, atuante no setor de bebidas, é contribuinte substituta do imposto nas operações subsequentes. Em uma fiscalização, verificou-se que, ao calcular a base de cálculo da substituição tributária, a empresa considerou apenas o valor da sua própria operação, sem incluir despesas de frete e a margem de valor agregado prevista pela legislação. Diante disso, com base na LC 87/96, assinale a alternativa correta:

- a) A base de cálculo foi corretamente apurada, pois deve considerar apenas o valor da operação própria do substituto tributário.
- b) O valor do frete não integra a base de cálculo da substituição tributária, por não se tratar de operação mercantil.
- c) A base de cálculo das operações subsequentes deve incluir o valor da operação própria, o frete, o seguro e a margem de valor agregado.
- d) A margem de valor agregado só integra a base de cálculo quando houver industrialização de produtos.
- e) O contribuinte substituído é o responsável por incluir os encargos e margens na formação da base de cálculo.

104. O local da operação ou da prestação é o elemento determinante para definir o ente federado competente para a cobrança do ICMS e o estabelecimento responsável pelo recolhimento. Com base na LC 87/96, assinale a alternativa correta:

- a) Nas operações interestaduais com energia elétrica destinada a consumidor final, o imposto pertence ao Estado de origem da mercadoria.
- b) Quando a mercadoria estiver em situação irregular por falta de documentação fiscal, considera-se local da operação o domicílio do adquirente.
- c) Nas operações com mercadorias importadas do exterior, considera-se local da operação o do estabelecimento onde ocorrer a entrada física do bem.
- d) O local da operação, no caso de arrematação de mercadoria importada e apreendida, é o Estado de origem da mercadoria.
- e) No caso de transferência de propriedade de mercadoria adquirida no país e que não tenha transitado pelo estabelecimento, o imposto pertence ao Estado do destinatário final.

105. Com base na LC 87/96, analise as afirmativas abaixo sobre o momento da ocorrência do fato gerador do ICMS:

- I. Considera-se ocorrido o fato gerador no momento da saída de mercadoria do estabelecimento de contribuinte, ainda que se trate de remessa para outro estabelecimento do mesmo titular.
- II. No caso de transporte iniciado no exterior e finalizado no Brasil, o fato gerador ocorre no momento da chegada da carga ao território nacional.
- III. O fornecimento de alimentação e bebidas em bares caracteriza o fato gerador do imposto no instante do fornecimento.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.

- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

106. A empresa **Agroserra Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.** adquiriu insumos tributados utilizados na fabricação de produtos destinados à exportação e de outros produtos isentos do imposto. O setor fiscal da empresa, ao apurar seus créditos, manteve integralmente o crédito das aquisições, argumentando que todas as saídas, inclusive as isentas, não impedem o direito à compensação. Com base na LC 87/96, assinale a alternativa correta:

- a) O crédito é vedado em qualquer hipótese de saída desonerada, inclusive quando os produtos se destinarem à exportação.
- b) O crédito é permitido somente em relação aos insumos aplicados na produção dos bens exportados.
- c) O crédito é integralmente permitido, pois a legislação não distingue entre saídas isentas e exportações.
- d) O crédito deve ser anulado proporcionalmente, tanto nas exportações quanto nas operações internas isentas.
- e) O crédito será admitido apenas se houver autorização específica em convênio celebrado entre os Estados.

107. Com base na LC 87/96, assinale a alternativa correta no que tange ao estorno de créditos:

- a) O contribuinte deve estornar o crédito do imposto relativo a mercadoria que perecer, deteriorar-se ou extraviar-se, ainda que tenha sido adquirida para revenda.
- b) O estorno do crédito não é exigido quando a mercadoria é empregada em fim alheio à atividade do estabelecimento.
- c) O estorno é dispensado se, no momento da entrada, já se sabia que a saída da mercadoria seria isenta.
- d) Caso a mercadoria seja consumida em processo de industrialização cujo produto final esteja isento, o crédito deve ser mantido integralmente.
- e) A ocorrência de perda ou deterioração da mercadoria não obriga o contribuinte ao estorno do crédito, desde que haja laudo que comprove o motivo da perda.

108. Com base na LC 87/96, analise as afirmativas abaixo sobre o direito de crédito do imposto:

- I. O aproveitamento do crédito está condicionado à idoneidade do documento fiscal que acobertar a operação e à escrituração dentro dos prazos e condições previstos na legislação.
- II. O direito de utilizar o crédito extingue-se após cinco anos contados da data de recebimento da mercadoria ou do serviço.
- III. Mesmo que a nota fiscal apresente irregularidades formais, o crédito poderá ser mantido se comprovada a efetiva entrada da mercadoria no estabelecimento.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa I está correta.

ESTADUAL*Rafael Rocha*

109. Considerando as disposições constitucionais acerca do ITCMD, pode-se afirmar que o imposto:

- a) será gradualmente progressivo em razão do valor do quinhão, do legado ou da doação.
- b) não incidirá sobre as transmissões e as doações para as instituições sem fins lucrativos com finalidade de relevância pública e social, inclusive as organizações assistenciais e benfeiteiros de entidades religiosas e institutos científicos e tecnológicos, e por elas realizadas na consecução dos seus objetivos sociais, observadas as condições estabelecidas em lei específica.
- c) será devido ao Estado da Federação onde seja domiciliado o doador, nas doações de bens móveis, ainda que o donatário seja domiciliado no exterior.
- d) não incidirá sobre as doações destinadas a projetos socioambientais ou destinados a mitigar os efeitos das mudanças climáticas e às instituições públicas de ensino.
- e) terá suas alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal.

110. Analise a situação hipotética a seguir e assinale a opção correta, com base no ordenamento jurídico vigente.

João, domiciliado no Amazonas, faleceu em maio de 2025 e deixou a seus dois filhos um apartamento localizado em Natal (RN) e um sítio localizado em Manaus (AM). Além disso, deixou 5 cabeças de gado no referido sítio e participações societárias em uma empresa com sede no Estado de São Paulo/SP.

Seus filhos, Pedro e José, eram domiciliados, respectivamente, no Amazonas e no Rio de Janeiro. O inventário extrajudicial foi processado num cartório de notas localizado na cidade de Boa Vista/RR.

Pode-se afirmar que:

- a) o imposto será devido, em relação aos bens imóveis, aos Estados do Amazonas e do Rio Grande do Norte; enquanto que, em relação aos bens móveis, o ITCMD será devido a Roraima.
- b) o imposto será devido, em relação aos bens imóveis, ao Estado de Roraima; enquanto que, em relação aos bens móveis, o ITCMD será devido ao Amazonas e a São Paulo.
- c) o imposto será devido, em relação aos bens imóveis, aos Estados do Amazonas e do Rio Grande do Norte; enquanto que, em relação aos bens móveis, o ITCMD será devido ao Amazonas e a São Paulo.
- d) o imposto será devido, em relação aos bens imóveis, aos Estados do Amazonas e do Rio Grande do Norte; enquanto que, em relação aos bens móveis, o ITCMD será devido ao Amazonas e ao Rio de Janeiro.
- e) o imposto será devido, em relação aos bens imóveis, aos Estados do Amazonas e do Rio Grande do Norte; enquanto que, em relação aos bens móveis, o ITCMD será devido ao Amazonas.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**MUNICIPAL***Rafael Henze*

101. A "Guerra Fiscal do ISS" entre os municípios brasileiros ganhou um novo capítulo com a tentativa de alteração do local de recolhimento do imposto para diversos serviços de grande arrecadação. A Lei Complementar nº 157/2016, seguida pela Lei Complementar nº 175/2020, determinou que o ISS incidente sobre serviços como planos de saúde, administração de cartões de crédito e arrendamento mercantil (leasing) passaria a ser devido no município do tomador do serviço, em detrimento da regra geral, que estabelece a cobrança no município do estabelecimento prestador.

A empresa "Saúde Plena Ltda.", uma operadora de planos de saúde com sede em Curitiba/PR, possui milhares de clientes espalhados por todo o Brasil. Com a vigência das novas leis, a empresa se viu diante de uma enorme complexidade para recolher o ISS para centenas de municípios diferentes. Diante dessa situação e da controvérsia jurídica instaurada, o caso chegou ao Supremo Tribunal Federal.

Considerando a jurisprudência consolidada do STF sobre o tema, assinale a alternativa que descreve corretamente o desfecho da questão e a regra de competência tributária aplicável ao ISS para a empresa "Saúde Plena Ltda." atualmente.

- a) O STF validou a Lei Complementar nº 175/2020, estabelecendo um sistema de transição até 2023, no qual o ISS seria gradualmente transferido para o município do tomador, sendo hoje integralmente devido no domicílio dos clientes da "Saúde Plena Ltda.".
- b) O STF declarou a inconstitucionalidade das alterações promovidas pelas Leis Complementares nº 157/2016 e nº 175/2020, restabelecendo a regra geral da Lei Complementar nº 116/2003. Portanto, o ISS é devido integralmente ao município de Curitiba/PR, local do estabelecimento prestador.

- c) O STF modulou os efeitos da decisão, determinando que para os contratos de plano de saúde celebrados antes de 2023, o ISS seria devido ao município do prestador (Curitiba/PR), e para os contratos novos, ao município do tomador, pacificando a guerra fiscal.
- d) A Lei Complementar nº 201/2023 resolveu o conflito, revogando as leis anteriores e instituindo um comitê gestor para dividir a arrecadação do ISS entre o município do prestador e o do tomador, sendo 50% para Curitiba/PR e 50% para o município do cliente.
- e) O STF decidiu que a competência para o recolhimento do ISS, no caso de planos de saúde, é do Estado onde o serviço é prestado, e não dos municípios, dada a abrangência nacional das operadoras, determinando que o imposto fosse recolhido para o Estado do Paraná.

102. A empresa "Guindastes Voa Alto Ltda.", com sede e estabelecimento fixo no Município de Osasco/SP, foi contratada para realizar um complexo serviço de içamento de equipamentos de refrigeração para o topo de um shopping center localizado no Município de São Paulo/SP. Todo o serviço foi executado no local da obra, em São Paulo.

Após a conclusão do serviço, o departamento fiscal da "Guindastes Voa Alto Ltda." ficou em dúvida sobre para qual município deveria recolher o ISS (Imposto Sobre Serviços) incidente sobre a operação.

Considerando a legislação tributária federal que rege o ISS e as suas mais recentes alterações, assinale a alternativa que indica o sujeito ativo (ente competente) para o recolhimento deste imposto.

- a) O Município de Osasco/SP, pois a regra geral do ISS determina que o imposto é devido no local do estabelecimento prestador.
- b) O Município de São Paulo/SP, pois para os serviços de guindaste e içamento, a legislação específica determina que o imposto é devido no local da efetiva execução do serviço.

- c) A arrecadação deve ser dividida, sendo 50% para Osasco/SP (local da sede) e 50% para São Paulo/SP (local da prestação), para evitar a guerra fiscal.
- d) O Estado de São Paulo, pois serviços prestados entre municípios diferentes são de competência estadual para evitar conflitos de competência.
- e) O Município de Osasco/SP, mas apenas se a empresa não possuir filial ou inscrição municipal em São Paulo/SP.

103. Por muitos anos, o Estado de "Vila Segura" absteve-se de cobrar a Taxa de Prevenção e Combate a Incêndio de seus contribuintes, seguindo a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF) que, no julgamento do Tema 16 de Repercussão Geral, havia declarado a cobrança inconstitucional. O fundamento era que o combate a incêndios constituía um serviço de segurança pública geral e indivisível, a ser custeado por impostos.

Contudo, em 2024, a nova gestão atenta a uma recente e drástica mudança no entendimento da Suprema Corte, sancionou uma lei instituindo a referida taxa para custear o serviço, prestado por meio de um convênio com o Corpo de Bombeiros do Estado. A "Imobiliária Construir S.A.", proprietária de diversos imóveis na cidade, ajuizou uma ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária, argumentando que a cobrança permanece inconstitucional com base no precedente antigo.

Considerando a mais recente e vinculante jurisprudência do STF sobre o tema, assinale a alternativa que descreve o provável desfecho da ação movida pela imobiliária.

- a) A ação será julgada procedente, pois o STF não pode reverter um tema de repercussão geral, mantendo-se o entendimento de que a taxa de incêndio é inconstitucional por remunerar serviço público geral (uti universi).
- b) A ação será julgada improcedente, pois o STF, em uma superação de precedente (overruling), alterou

seu entendimento e passou a considerar constitucional a instituição da taxa de incêndio pelos estados, por reconhecer que o serviço é referenciável aos proprietários de imóveis.

- c) A ação será julgada parcialmente procedente, permitindo a cobrança da taxa apenas de imóveis comerciais e industriais, que apresentam maior risco de incêndio, mantendo a inconstitucionalidade para imóveis residenciais.
- d) A ação será julgada improcedente, porque a taxa é cobrada por meio de convênio com o Estado; caso o serviço fosse prestado diretamente por um município, a cobrança seria constitucional.
- e) A ação será julgada procedente, pois, embora o STF tenha mudado de posição, a nova tese só permite a cobrança da taxa se puder ser aferido o custo do serviço prestado, o que não é o caso de "Vila Segura".

104. A empresa "Consultoria Eficaz Ltda." possui sua sede formal e registrada no município de Santana de Parnaíba/SP, onde a alíquota do ISS é de 2%. Contudo, toda a sua estrutura gerencial, comercial e operacional, incluindo diretores, computadores e a maior parte de sua equipe, está fisicamente localizada em um escritório no município de São Paulo/SP, onde a alíquota é de 5%. A empresa presta serviços de consultoria para clientes em todo o Brasil a partir de sua estrutura em São Paulo.

O fisco do município de São Paulo/SP autuou a "Consultoria Eficaz Ltda.", exigindo o recolhimento do ISS para a capital paulista. A empresa se defende, alegando que o imposto deve ser recolhido para Santana de Parnaíba, local de seu registro e sede contratual.

Com base estritamente no que dispõe a Lei Complementar nº 116/2003 sobre a definição de "estabelecimento prestador", assinale a alternativa correta.

- a) O ISS é devido a Santana de Parnaíba/SP, pois o art. 4º da LC 116/03 define estabelecimento prestador como o local onde o contribuinte desenvolve a

atividade de prestar serviços, sendo irrelevante a existência de uma unidade econômica em outro local.

- b) O ISS é devido a São Paulo/SP, pois o art. 4º da LC 116/03 considera estabelecimento prestador o local onde o contribuinte mantém uma unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes as meras indicações de endereço para fins de registro.
- c) O ISS deve ser repartido entre os dois municípios, pois a lei não soluciona o conflito quando há uma sede formal e uma unidade econômica de fato em locais distintos.
- d) O ISS não é devido a nenhum dos dois municípios, devendo ser recolhido no local do domicílio do cliente (tomador do serviço), conforme a regra geral do art. 3º da LC 116/03.
- e) O ISS é devido a Santana de Parnaíba/SP, pois a liberdade de escolha do domicílio fiscal é garantida pela Constituição, não podendo a LC 116/03 restringi-la.

105. A "Construtora Muro Forte Ltda.", contratada para uma obra de construção civil (subitem 7.02 da lista anexa), emitiu uma nota fiscal de serviços no valor total de R\$ 1.000.000,00. Deste total, a construtora comprovou que R\$ 400.000,00 foram gastos com materiais de construção que ela mesma forneceu e foram incorporados à obra. A lei do município onde a obra foi realizada permite a dedução prevista na legislação federal.

Ao calcular o ISS devido, qual deve ser a base de cálculo utilizada pela "Construtora Muro Forte Ltda."?

- a) R\$ 1.000.000,00, pois o art. 7º da LC 116/03 estabelece que a base de cálculo do imposto é o preço do serviço, sendo vedada qualquer dedução, exceto as expressamente autorizadas para agências de publicidade.
- b) R\$ 600.000,00, pois o § 2º do art. 7º da LC 116/03 permite expressamente a dedução do valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços nos casos de construção civil (subitens 7.02 e 7.05).

- c) R\$ 1.000.000,00, pois a permissão para deduzir materiais na construção civil foi declarada constitucional pelo STF, devendo o ISS incidir sobre o valor total da nota fiscal.
- d) R\$ 400.000,00, pois o ISS na construção civil incide apenas sobre os materiais fornecidos, sendo a mão de obra isenta.
- e) R\$ 600.000,00, mas apenas se os materiais tivessem sido comprados de fornecedores localizados no mesmo município da obra.

106. Sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, analise os itens a seguir:

- I. A base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é o preço do serviço.
- II. O Contribuinte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é quem paga pelo serviço.
- III. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza excepcionalmente pode ser cobrado pela União.
- IV. A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza nunca poderá ser inferior a 2%.

Com base nos itens acima, podemos afirmar que:

- a) Apenas o item I está CORRETO;
- b) Apenas os itens I e II estão CORRETOS;
- c) Apenas os itens I e III estão CORRETOS;
- d) Apenas os itens II e III estão CORRETOS;
- e) Todos os itens estão CORRETOS;

107. Assinale a opção que corresponde a um serviço sobre o qual incide o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

- a) transporte interestadual de pessoas
- b) transporte internacional de pessoas
- c) transporte intramunicipal de cargas
- d) transporte intermunicipal de cargas
- e) transporte interestadual de cargas

108. Carlos adquiriu a propriedade de um imóvel no município de Varginha pelo valor de R\$ 500.000,00 (quinquinhos mil reais) em condições normais de mercado. No momento da transmissão, o imóvel estava gravado com uma dívida real de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e, além disso, foram negociados juntamente com o bem imóvel bens móveis (mobília e eletrodomésticos) no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). O Imposto de Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis (ITBI) devido nessa operação será calculado sobre

- a) R\$ 500.000,00 (quinquinhos mil reais).
- b) R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), somando o valor do imóvel e dos bens móveis.
- c) R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), correspondente ao valor do imóvel subtraída a dívida real.
- d) R\$ 100.000,00 (cem mil reais), correspondente apenas à dívida real que grava o imóvel.
- e) R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), correspondente apenas aos bens móveis transmitidos em conjunto.

109. O Município de Niterói alterou o valor da base do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) em 01 de novembro de 2024, por decreto municipal. Nesse cenário, o novo valor do IPTU poderia ser cobrado

- a) imediatamente, desde que o aumento fosse instituído por lei, e não decreto.
- b) a partir de 01 de janeiro de 2025, desde que o decreto siga critérios estabelecidos em lei municipal.
- c) a partir de 01 de fevereiro de 2025, desde que o decreto siga critérios estabelecidos em lei municipal.
- d) a partir de 01 de fevereiro de 2025, desde que o aumento fosse instituído por lei, e não decreto.
- e) imediatamente, desde que o decreto siga critérios estabelecidos em lei municipal.

110. Durante a lavratura de escritura pública de compra e venda de imóvel urbano, o tabelião de notas do Município de Niterói foi surpreendido pela recusa da Secretaria Municipal da Fazenda em aceitar o valor da transação declarado pelas partes (R\$ 600.000,00), referente à venda do referido imóvel.

O Fisco municipal exigiu o recolhimento do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) com base em um valor de referência de R\$ 920.000,00, constante de tabela administrativa divulgada em decreto municipal.

Sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) o município pode fixar previamente o valor de referência para o ITBI, desde que esse critério esteja previsto em lei e atualizado com base em estudos técnicos;
- b) o valor declarado pelo contribuinte presume-se compatível com o valor de mercado, só podendo ser afastado pelo Fisco Municipal mediante regular processo administrativo;
- c) a utilização de valores de referência pelo Fisco municipal configura modalidade de lançamento por homologação, dispensando a instauração de processo administrativo individualizado;
- d) o município pode utilizar o valor de mercado estimado unilateralmente como base de cálculo do ITBI, salvo se o contribuinte apresentar laudo técnico individualizado que justifique o valor inferior;
- e) o valor venal do imóvel para fins de ITBI corresponde àquele utilizado para o cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), salvo quando houver valorização posterior à última atualização da planta genérica de valores.

Discursiva

Texto Motivador:

O sistema pré-reforma de tributação sobre o consumo no Brasil possuía uma base fragmentada e complexa, gerando alto custo de conformidade e insegurança jurídica. A não cumulatividade era limitada, afetando a neutralidade e incentivando a ineficiência econômica. A Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025 instituíram o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), o chamado "IVA-dual". Esta nova sistemática busca a unificação da legislação e a tributação no destino, e introduziu inovações cruciais, como o mecanismo de crédito financeiro e o Pagamento Dividido ("Split Payment"), para reverter as distorções históricas.

Comando da Questão:

Com base no texto motivador e nos conhecimentos fornecidos, elabore um texto dissertativo explicitando como a adoção do modelo de crédito financeiro e a implementação do "Split Payment" promovem a neutralidade econômica e combatem a sonegação fiscal.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>